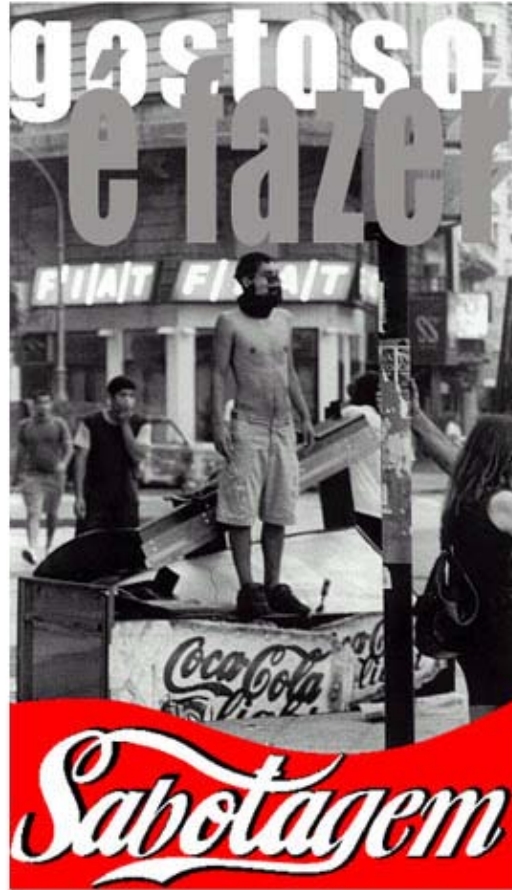


A AUTORIDADE E O INDIVÍDUO

Bertrand Russell



www.sabotagem.cjb.net

AS CONFERÊNCIAS REITH

Em julho de 1947, o Diretor Geral da British Broadcast Corporation, *Sir William Haley*, anunciou a inauguração de uma série anual de conferências radiofônicas, que tomaram o nome de Conferências Reith.

Todos os anos, uma reconhecida autoridade em determinado setor da cultura – sociologia, literatura, história, administração pública ou economia – é convidado a empreender algum estudo ou pesquisa original sobre certo assunto e apresentar aos ouvintes os resultados numa série de transmissões radiofônicas. Essa iniciativa teve por fim não apenas ser o auge dos esforços constantes da BBC no campo das palestras seriadas, mas também tornar-se uma instituição nacional valiosa no sentido de aumentar o acervo de conhecimento e estimular o debate de idéias num círculo cada vez mais amplo.

Ao falar sobre a decisão dos dirigentes da BBG de dar o nome das conferências em homenagem a *Lord Reith*, disse *Sir William*: "Na história da radiodifusão inglesa, um nome há que se coloca acima de todos os demais. O que o povo deste país deve à visão do homem que foi o pioneiro da radiodifusão inglesa está ainda por ser devidamente avaliado. Sua concepção quanto ao que deve ser

a radiodifusão, dos ideais a que deve servir e do padrão que deve atingir, foi uma das grandes ações sociais do nosso tempo. Nada seria mais apropriado do que ligar o nome do fundador da BBC ao mais sério esforço que ela já fez no sentido de utilizar a radiodifusão no campo das idéias."

NOTA PREFACIAL

Na preparação dessas conferências tive o privilégio da ajuda vital de minha esposa, *Patricia Russell*, não apenas quanto a pormenores, mas quanto às idéias gerais e sua aplicação às circunstâncias da época atual.

B.R.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA

COESÃO SOCIAL E NATUREZA HUMANA

O problema fundamental que tenho em vista considerar nestas conferências é este: como podemos combinar o grau de iniciativa individual, necessária para o progresso, com o grau de coesão social que é necessário para a sobrevivência? Começarei com o estudo dos impulsos da natureza humana que possibilitam a cooperação social. Examinarei em primeiro lugar as formas que esses impulsos assumiram nas comunidades muito primitivas, e depois as adaptações que foram ensejadas pelas organizações sociais gradualmente cambiantes da civilização em desenvolvimento. Em seguida examinarei o grau e intensidade da coesão social em várias épocas e lugares, conducentes às comunidades dos dias atuais e às possibilidades de ulterior desenvolvimento em futuro não muito remoto. Após esta análise das forças que mantêm a sociedade coesa, tratarei de outro aspecto da vida do Homem nas comunidades, isto é, a iniciativa individual, mostrando o papel que ela tem desempenhado nas várias fases da evolução humana, o papel que desempenha nos dias atuais, e as possibilidades futuras de muita ou pouca iniciativa por parte de indivíduos e grupos. Prosseguirei com um dos problemas básicos da atualidade, a saber, o conflito que a tecnologia moderna acarretou entre a organização social e a natureza humana a tecnologia moderna acarretou entre a organização social e a natureza humana, ou, em outras palavras, o divórcio do móvel econômico em relação aos impulsos de criação e posse. Uma vez enunciado este problema, examinarei quais as alternativas para a sua solução, e por fim, examinarei, do ponto de vista da ética, toda a relação do pensamento, esforço e inventiva pessoais para com a autoridade da comunidade.

A unidade do grupo e a cooperação no seio dele baseiam-se parcialmente no instinto, em todos os animais sociais, inclusive o Homem. Esse instinto acha-se mais desenvolvido nas formigas e abelhas, as quais, ao que parece, jamais tentaram ações anti-sociais e nunca se desencaminharam da dedicação ao ninho ou à colmeia. Até certo ponto podemos admirar essa incontestável devoção ao dever público, mas devemos reconhecer que ela tem defeitos: formigas e abelhas não produzem grandes obras de arte, nem fazem descobrimentos científicos nem fundam religiões que ensinam que todas as formigas são irmãs. Na verdade, sua vida social e mecânica, rigorosa e estática. Será necessário que a vida humana tenha um tanto de turbulência se quisermos fugir à estagnação evolucionária.

O homem primitivo era uma espécie frágil e rara, cuja sobrevivência a princípio foi precária. Em certa época, seus antepassados desceram das árvores e perderam a vantagem de possuir pés preênses, mas adquiriram a vantagem de ter braços e mãos. Graças a essas transformações eles adquiriram o privilégio de não mais ter que habitar apenas as florestas; mas por outro lado os espaços abertos em que se disseminaram proporcionavam alimentação menos abundante do que tinham à sua disposição nas florestas tropicais da África. Sir Arthur Keith calcula que o homem primitivo precisava de duas milhas quadradas de terra por indivíduo para abastecer-se de alimento, e outras autoridades são de opinião que essa área devia ser até maior. A julgar pelos macacos antropóides, e pelas comunidades mais primitivas que chegaram até nossos dias, os primeiros homens devem ter vivido em pequenos não muito maiores que famílias – grupos que, por hipótese, podemos estimar em, digamos, 50 a 100 indivíduos. Dentro de cada um desses grupos deve ter havido considerável grau de cooperação, mas com todos os grupos da mesma espécie havia hostilidade, toda vez que entrassem em contato. Na medida em que os homens continuavam escassos, o contato com outros grupos podia ser raro, e, no mais das vezes, o encontro não devia ser muito importante. Cada grupo tinha seu próprio território, e os conflitos só deviam ocorrer nas fronteiras.

Naquelas primeiras épocas o casamento parece ter-se limitado ao grupo, de modo que deve ter havido procriação de vulto, e as variedades da espécie, embora originadoras, tenderiam a perpetuar-se. Se um grupo crescesse em quantidade tal que seu território fosse insuficiente, é provável que entrasse em conflito com algum grupo vizinho, e nessas contendas alguma vantagem biológica que um grupo gerador houvesse adquirido sobre o outro devia dar-lhe a vitória, e portanto perpetuar sua variação benéfica. Tudo isso foi exposto de modo muito convincente por Sir Arthur Keith. E evidente que nossos primitivos e inermes antepassados humanos não podem ter agido segundo prática preconcebida e deliberada, mas devem ter sido incitados por um mecanismo instintivo – o dúplice mecanismo que consiste de amizade no seio do próprio grupo e hostilidade para com o grupo estranho. Como cada tribo primitiva era pequena, cada indivíduo devia conhecer intimamente todos os demais, de modo que o sentimento de amistosidade devia ser extensivo às relações mutuamente mantidas.

O mais forte e o mais instintivamente obrigatório dos grupos sociais era, e ainda é, a família. A família é necessária entre os seres humanos devido à longa duração da infância, e pelo fato de que a mãe dos lactantes leva grande desvantagem no trabalho de colher alimentos. Foi essa circunstância dos seres humanos, como da maioria das espécies de pássaros, que fez do pai um membro essencial do grupo familiar. Isto deve ter levado a uma divisão do trabalho na qual os homens se encarregavam da caça e as mulheres ficavam nas tarefas domésticas. A transição da família à pequena tribo esteve presumivelmente relacionada biologicamente com o fato de que a caça podia ser mais eficiente se fosse feita em cooperação, e desde os tempos mais recuados a coesão da tribo deve ter sido intensificada e desenvolvida pelos conflitos com outras tribos.

Os restos que têm sido descobertos dos primeiros homens e meio-homens são agora suficientemente numerosos para dar um quadro perfeitamente claro dos estágios da evolução, desde o símio antropóide mais evoluído até o mais primitivo dos seres humanos. Os mais antigos restos indubitavelmente humanos descobertos até agora calcula-se pertencerem a uma época de cerca de um milhão de anos atrás, mas por muitos milhões de anos antes daquela época parece ter havido antropóides que viviam no solo e não em árvores.

O aspecto mais característico pelo qual se determina a situação evolucionária desses primitivos antepassados consiste na dimensão do cérebro, que aumentou muito rapidamente até que atingiu sua capacidade atual, mas que agora tem estado virtualmente estacionário por centenas de milhares de anos. Durante essas centenas de milhares de anos o homem aprimorou-se em conhecimento, em destreza adquirida e em organização social, mas não, tanto quanto se pode julgar, em capacidade intelectual congênita. Aquela evolução puramente biológica, até onde podemos avaliar pelos fósseis, completou-se há muito tempo. Por conseguinte, é de se supor que nosso equipamento mental congênito, em comparação com aquilo que podemos aprender, não é comparativamente muito diferente do aparelhamento mental do homem do paleolítico. Ao que parece, temos ainda os instintos que levaram o homem, antes que seu comportamento se tornasse deliberado, a viver em pequenas tribos, numa aguda antítese de amizade no seio da própria tribo e hostilidade com tribos de fora. As transformações que se têm verificado desde aqueles tempos remotos tiveram que depender, para a sua força norteadora, em parte dessa base primitiva de instinto, e em parte de um ocasional sentido escassamente consciente de interesse coletivo.

Uma das coisas que ocasiona tensão e angústia na vida social humana é que até certo ponto é possível adquirir consciência de bases racionais para um comportamento não incitado pelo instinto natural. Mas quando esse comportamento força muito gravemente o instinto, a natureza se vinga ao produzir apatia ou destrutividade, uma ou outra das quais pode ocasionar uma situação tendente ao colapso, inspirada pela razão.

A coesão social, que se iniciou com a lealdade a um grupo, imposta pelo medo de inimigos, aumentou por processos parcialmente naturais e parcialmente deliberados, até que atingiu os vastos conglomerados de gente que hoje conhecemos como nações. Várias forças contribuíram para esses processos. Num estágio muito primitivo, a lealdade ao grupo deve ter sido reforçada pela lealdade a um chefe. Numa tribo grande, o chefe ou rei deve ser conhecido de todos, mesmo quando os indivíduos sejam não raro estranhos uns aos outros. Deste modo, a lealdade pessoal comparada com a lealdade tribal possibilita um aumento no tamanho do grupo sem violentar o

instinto.

Em certo estágio dá-se um desenvolvimento a mais. As guerras, que originariamente eram conflitos de extermínio, paulatinamente se transformaram – pelo menos em parte em guerras de conquista; os vencidos, em vez de condenados à morte, eram escravizados e forçados a trabalhar para seus vencedores. Quando isto acontecia, passava a existir duas espécies de pessoas no seio da comunidade: os membros originais, únicos que eram livres e repositórios do espírito tribal, e os súditos, que obedeciam por medo e não por lealdade instintiva. Ninive e Babilônia dominaram vastos territórios, não porque seus súditos tivessem qualquer senso instintivo de coesão social com a cidade dominante, mas exclusivamente devido ao terror inspirado por seus feitos na guerra. Desde aqueles tempos remotos até a época moderna a guerra tem sido a principal máquina para aumentar as dimensões das comunidades, e o medo tem cada vez mais tomado o lugar da solidariedade tribal como fonte de coesão social. Esta mudança não se restringiu a comunidades grandes; ela ocorreu, por exemplo, em Esparta, onde os cidadãos livres eram pequena minoria, enquanto os hilotas eram impiedosamente suprimidos. Esparta foi louvada em toda a antigüidade por sua admirável coesão social, mas era uma coesão que jamais pretendeu abranger toda a população, exceto na medida em que o terror obrigava a lealdade ostensiva.

Num estágio posterior no desenvolvimento da civilização, começou a revelar-se um novo tipo de lealdade: não uma lealdade com base na afinidade territorial ou similaridade de raça, mas na identidade de credo. No que respeita ao Ocidente, parece ter-se originado com as comunidades órficas, que admitiam escravos em igualdade de condições com os livres. A parte esta seita, a religião na antigüidade estava tão associada com o governo que grupos de seitas semelhantes eram idênticos a grupos que haviam evoluído na antiga base biológica. Mas a identidade de credo paulatinamente transformou-se numa força cada vez maior. Sua força militar foi pela primeira vez exibida pelo Islã nas conquistas dos séculos VII e VIII. Ela foi a força acionadora das Cruzadas e das guerras de religião. No século XVI, as lealdades teológicas foram freqüentemente contrabalançadas pelas da nacionalidade: os católicos ingleses não raro alinharam-se com a Espanha; os huguenotes franceses com a Inglaterra. Em nossa época, dois credos amplamente difundidos englobam a lealdade de grande segmento da humanidade. Um destes, o credo do comunismo, tem a vantagem do intenso fanatismo e do corpo de doutrina num Livro Sagrado. O outro, menos definido, mas nem por isso menos poderoso, pode ser chamado "o modo norte-americano de vida". Os Estados Unidos, constituídos pela imigração proveniente de muitos países diferentes, não têm nenhuma unidade *biológica*, mas gozam de uma unidade quase tão forte quanto a das nações européias. Como dizia Abraham Lincoln, ela é «dedicada a uma proposição". Os imigrantes nos Estados Unidos não raro sofrem nostalgia da Europa, mas seus descendentes, na maioria, acham o modo de vida norte-americano preferível ao do Velho Mundo, e acreditam firmemente que seria para o bem da humanidade se esse modo de vida viesse a ser universal. Tanto nos Estados Unidos como na Rússia a unidade de credo e unidade nacional fundiram-se, e com isso adquiriram nova vitalidade, mas esses credos rivais têm um atrativo que ultrapassa as fronteiras nacionais.

A lealdade moderna em vastos grupos de nosso tempo, na medida em que forte e satisfatória subjetivamente, vale-se ainda dos antigos mecanismos psicológicos que atuavam na era das tribos pequenas. A natureza humana congênita, contrariamente ao que se faz nas escolas e religiões, pela propaganda e organizações econômicas, não mudou muito desde o tempo em que os homens começaram a ter cérebros das dimensões a que estamos acostumados. Instintivamente dividimos a humanidade em amigos e inimigos – amigos, aqueles com quem mantemos a moralidade da cooperação; inimigos, aqueles com quem estamos em competição. Mas esta divisão está constantemente mudando; em certo momento o homem odeia seu competidor nos negócios, em outro, quando ambos estão ameaçados pelo socialismo ou pelo inimigo comum externo, ele subitamente começa a encará-lo como um irmão. Toda vez que saímos do círculo da família é o inimigo externo que proporciona a força coesiva. Em tempo de segurança temos condições de odiar nosso semelhante, mas em tempos de perigo devemos amá-lo. Quase sempre as pessoas não amam aqueles que se sentam a seu lado num ônibus, mas sob um bombardeiro passam a amar.

Coisas como essas é que tornam difícil vislumbrar meios de unidade mundial. Um estado mundial, caso fosse firmemente fundado, não teria inimigos a temer, e portanto entraria em perigo de colapso por falta de força coesiva. Duas grandes religiões, o budismo e o cristianismo, procuraram estender a toda espécie humana o sentimento cooperativo que é espontâneo para com os da mesma tribo. Ambas pregaram a fraternidade do homem, mostrando pelo emprego da palavra "irmandade" que pretendia, estender para além de seus limites naturais uma atitude emocional que, em sua origem, é biológica. Se todos somos filhos de Deus, então todos pertencemos a uma mesma família. Mas na prática, aqueles que em teoria adotaram esse credo sempre sentiram que aqueles que não o adotavam não dão filhos de Deus, mas de Satã, e o velho mecanismo do ódio para com a tribo de fora voltou, dando renovado vigor ao credo, mas num sentido que desviava de seu propósito original.

Religião, moralidade, interesse econômico, a mera procura de sobrevivência biológica, todos proporcionam à nossa inteligência argumentos irresponsáveis em favor da cooperação em âmbito mundial, mas os velhos instintos, que vieram até nós de nossos antepassados tribais, agitam-se indignados, sentimos que a vida perderia seu sabor se não houvesse ninguém a odiar, que alguém que pudesse ter amado um patife qualquer seria um verme, que a luta é a lei da vida, e que num mundo em que todos se amassem uns aos outros nada haveria pelo que viver. Se algum dia a unificação da humanidade vier a concretizar-se, será necessário encontrar modos de coibir nossa ferocidade primitiva amplamente inconsciente, em parte pelo estabelecimento de um reino da lei, e em parte achando-se válvulas de escape inocentes para nossos instintos de competição.

Não é um problema fácil esse, e é do tipo que não pode ser solucionado com moralidade apenas. A psicanálise, embora sem dúvida tenha seus exageros, e até mesmo, talvez, absurdos, ensinou-nos muita coisa que é certa e valiosa. Um velho ditado diz que quando remexemos a terra com um forcado ela volta ao mesmo lugar, mas a psicanálise deu uma explicação disto. Sabemos hoje que uma vida que vai excessivamente contra o impulso natural deverá implicar efeitos de tensão que podem ser tão maus quanto dar rédeas soltas a impulsos proibidos. Pessoas que levem uma existência antinatural além de certo ponto são propensas à rivalidade, malícia e todas

as maldades. Podem revelar impulsos de crueldade, ou, por outro lado, podem perder tão completamente o gosto pela vida que já não sentem disposição para qualquer esforço. Este último resultado foi observado entre selvagens subitamente trazidos ao contato com a civilização

moderna. Os antropólogos relataram como os papuas caçadores de cabeças, privados pela autoridade dos brancos de seu esporte costumeiro, perderam o entusiasmo por tudo o mais. Não quero insinuar que eles devessem continuar caçando cabeças, mas acho que valeria a pena que

os psicólogos se dessem ao trabalho de procurar algum sucedâneo inocente para essa atividade. Em toda parte, o homem civilizado está, até certo ponto, na situação dos papuas vítimas da virtude. Temos todos os tipos de impulsos agressivos, e também impulsos criativos, que a sociedade nos impede de exercer, e as alternativas que ela nos oferece na forma de jogos de futebol e na labuta exaustiva são escassamente adequadas. Alguém que espere que com o tempo possa ser possível abolir a guerra deve pensar seriamente no problema de satisfazer sem danos os instintos que herdamos de sucessivas gerações de selvagens. Quanto a mim, acho uma válvula de escape satisfatória nos contos policiais, nos quais me identifico às vezes com o assassino e outras vezes com o detetive perseguidor de marginais, mas sei que tudo isto é muito pouco para certas pessoas, e para estas é preciso algo mais forte.

Acho que os seres humanos comuns não podem ser felizes sem competição, porque esta tem sido, desde a origem do homem, a mola para atividades mais sérias. Portanto, não devemos pretender abolir a competição, mas apenas cuidar em que ela não assuma formas que sejam nocivas. A competição primitiva era um conflito que implicava a morte de outro homem, sua mulher e filhos; a competição moderna na forma da guerra ainda assume esse mesmo aspecto. Mas no esporte, na literatura e na rivalidade artística, e nos pleitos eleitorais, ela assume formas que fazem pouco mal e ainda oferecem uma saída perfeitamente adequada para nossos instintos combativos. O que é errado nesse sentido não é que tais formas de competição sejam más, porém que elas constituem parte demasiado pequena nas vidas dos homens e mulheres comuns.

Excluindo a guerra, a civilização moderna tem almejado cada vez mais a segurança, mas não estou rigorosamente certo de que a eliminação de todo perigo contribua para a felicidade. A esta altura, gostaria de citar um trecho da *Nova Teoria da Evolução Humana*, de Sir Arthur Keith:

"Quem tenha visitado os povos que vivem sob o reino de 'justiça selvagem' faz relatos da felicidade entre os nativos que vivem sob tais condições. Freya Stark, por exemplo, informou o seguinte da Arábia Meridional: "Quando viajei por aquela parte do país onde não existe segurança, encontrei um povo que, embora cheio de queixas de sua vida de permanente chantagem e roubo, era jovial e tão pleno da alegria de viver como em qualquer parte da Terra." O Dr. H. K. Fry experimentou a mesma coisa em relação aos aborígenes da Austrália. "Um nativo em seu estado selvagem, informa ele, vive em constante perigo; espíritos hostis cercam-no permanentemente. Contudo ele é franco e jovial... paciente com seus filhos e delicado para com os parentes idosos." Minha terceira ilustração é tomada aos índios *crow* dos Estados Unidos, que viveram sob a supervisão do Dr. R. Lowrie por muitos anos. Eles agora estão vivendo em segurança numa reserva. "Pergunte a um *crow*, relata o Dr. Lowrie, se ele prefere segurança como agora ou perigos como os antigos, e sua resposta será: 'perigos como os antigos... havia glória neles'." Estou presumindo que as condições selvagens de vida que venho descrevendo são do tipo que a humanidade teve por todo o período primitivo de sua evolução. Foi em meio a tais condições que a natureza e o caráter do homem se constituíram, sendo uma das condições a prática da vingança do sangue."

Tais efeitos da psicologia humana valem para certas coisas que, para mim pelo menos, foram surpreendentes quando, em 1914, pela primeira vez tomei conhecimento delas. Muitas pessoas são mais felizes durante uma guerra do que em tempo de paz, desde que o sofrimento direto ensejado pelo conflito não as afete muito pesadamente nos interesses pessoais. Uma vida sossegada pode de fato ser tediosa. A existência tranqüila de um cidadão bem comportado, que cuide de ganhar a vida modestamente numa função humilde, deixa completamente insatisfeita aquela parte de sua índole natural que, se tivesse vivido 400 mil anos atrás, teria encontrado amplo âmbito na cata de alimento, cortando cabeças de inimigos e fugindo da atenção dos tigres. Quando vem a guerra, o funcionário de banco pode escapar e tornar-se um expedicionário, e então pelo menos sente que está vivendo como a natureza pretendeu que ele vivesse. Mas, infelizmente, a ciência colocou em nossas mãos meios tão consideravelmente poderosos de satisfazer nossos instintos destrutivos, que apenas dar-lhes rédeas soltas não mais atende aos propósitos evolucionários, como acontecia quando os homens estavam divididos em pequenas tribos. O problema de apaziguar nossos impulsos anárquicos tem sido pouco estudado, mas se torna cada vez mais imperioso solucioná-lo à medida que a técnica científica se aprimora. Do ponto de vista puramente biológico é uma desgraça que o aspecto destrutivo da técnica tenha avançado tão mais rapidamente que o aspecto criativo. Em poucos segundos o homem pode matar 500 mil pessoas, mas não pode ter tantos filhos tão rapidamente quanto na época dos nossos antepassados selvagens. Se uma pessoa pudesse ter 500 mil filhos tão rapidamente quanto a bomba atômica pode destruir outros tantos inimigos, poderíamos, ao custo de enorme sofrimento, deixar o problema biológico à luta pela existência e sobrevivência do mais apto. Mas no mundo moderno não mais se pode confiar no velho mecanismo da evolução.

O problema do reformador social, portanto, não é *meramente* procurar meios de segurança, porque esses meios, quando encontrados, não darão satisfação profunda e a segurança será desprezada pela glória da aventura. Ao invés, o problema consiste em combinar o grau de segurança que é essencial para a espécie, com formas de aventura e perigo em competições que sejam compatíveis com o modo de vida civilizado. E na tentativa de solucionar este problema devemos lembrar sempre que, embora nossos modos de vida e nossas instituições, bem como nosso conhecimento, tenham sofrido profundas transformações, nossos instintos tanto para o bem como para o mal permanecem quase os mesmos que eram quando os cérebros de nossos antepassados atingiram o tamanho que hoje têm. Não acho que a conciliação dos impulsos primitivos com o modo civilizado de vida seja impossível, e os estudos dos antropólogos demonstraram a enorme adaptabilidade da natureza humana a diferentes padrões de cultura. Mas não acho que isso possa ser conseguido mediante completa exclusão de qualquer impulso básico. Uma vida sem aventura pode ser insatisfatória, mas uma vida em que a aventura seja permitida sob qualquer forma certamente será breve.

Penso que talvez a essência da questão tenha sido dada pelo índio que citei há pouco, que suspirava pela vida antiga porque "havia glória nela". Toda pessoa enérgica deseja alguma coisa que equivalha à "glória". Há quem a obtenha, como, por exemplo, artistas de cinema, atletas famosos, comandantes militares, e mesmo alguns poucos políticos. Mas são pequena minoria, e o restante das pessoas fica entregue ao devaneio – fantasias do cinema, das histórias do oeste selvagem, fantasias puramente pessoais do poder da imaginação. Não sou dos que acham os devaneios de todo maus; eles são parte essencial da vida da imaginação. Mas quando por toda uma vida não há meios de relacioná-los com a realidade eles facilmente se tornam doentios e mesmo perigosos para a saúde mental. Talvez ainda seja possível, mesmo em nosso mundo mecanizado, encontrar alguma verdadeira válvula para os impulsos que agora se acham limitados ao reino da fantasia. No interesse da estabilidade devemos fazer votos para que isto seja possível, porque, do contrário, filosofias destrutivas irão vez por outra banir as melhores realizações humanas. Para que *isto* seja evitado, o selvagem que existe em cada um de nós deve achar uma válvula de escape não incompatível com a vida civilizada e com a felicidade de seu próximo igualmente selvagem.

COESÃO SOCIAL E GOVERNO

O mecanismo original da coesão social, tal como se encontra nas raças primitivas, operava mediante a psicologia individual, sem necessidade de qualquer coisa que se possa chamar de governo. Havia, sem dúvida, costumes tribais que todos tinham de obedecer, mas deve-se supor que não houve impulso à desobediência desses costumes e nenhuma necessidade de magistrados ou polícia para impô-los. Na Idade da Pedra Lascada, quanto ao que se refere à autoridade, a tribo parece ter vivido num estado que agora poderíamos definir como anárquico. Mas diferia do que fosse anarquia numa comunidade moderna, devido ao fato de que impulsos sociais controlavam suficientemente os atos dos indivíduos. Os homens da Idade da Pedra Polida já eram muito diferentes; eles tinham governo, autoridades capazes de exigir e obter obediência e impor cooperação em grande escala. Isto se patenteia por suas obras; o tipo primitivo de coesão da pequena tribo não poderia ter produzido Stonehenge, e muito menos as pirâmides. A ampliação da unidade social deve ter sido principalmente resultado da guerra. Se duas tribos entrassem numa guerra de extermínio, a tribo vitoriosa, pela aquisição de novo território, estaria em condições de aumentar sua população. Também na guerra haveria uma vantagem evidente na aliança de duas ou mais tribos. Se persistisse o perigo que ensejou a aliança, com o tempo ela se converteria num amálgama. Quando uma unidade se tornasse tão grande a ponto de que cada uma não pudesse conhecer os demais, teria havido a necessidade de um mecanismo para chegar-se a decisões coletivas, e este mecanismo inevitavelmente evoluiria por estágios ao ponto em que o homem moderno reconhecesse como governo. Tão logo haja governo, alguns homens têm mais poder que outros, e o poder que têm depende, de modo geral, da dimensão da unidade que eles governam. O amor ao poder, portanto, ensejaria que os governadores desejassem conquista. Este motivo é ainda mais reforçado quando os vencedores são transformados em escravos em vez de serem exterminados. Deste modo, muito cedo na antigüidade, surgiram comunidades em que, embora impulsos primitivos ainda existissem no sentido de cooperação social, eram imensamente reforçados pelo poder do governo para punir aqueles que desobedecessem. Na primeira comunidade plenamente histórica, a do antigo Egito, encontramos um rei cujos poderes sobre um vasto território eram absolutos, exceto quanto a alguma limitação pela classe sacerdotal, e encontramos grande população servil a quem o rei podia, à sua vontade, empregar nos empreendimentos estatais como as pirâmides. Numa comunidade como essa só uma minoria no topo da escala social – o rei, a nobreza e os sacerdotes – precisava de algum mecanismo psicológico para coesão social; todo o resto do povo simplesmente obedecia. Sem dúvida alguma grandes segmentos da população eram infelizes; pode-se ter um quadro de sua situação lendo-se os primeiros capítulos do Êxodo. Mas, via de regra, na medida em que os inimigos externos não constituam ameaça, esta condição de sofrimento generalizado não impedia a prosperidade do Estado, e deixava intocado o desfrute da vida pelos detentores do poder. Este estado de coisas deve ter existido por séculos em toda a região a que hoje chamamos Oriente Médio. Sua

estabilidade dependia da religião e da divindade do rei. A desobediência era considerada pecado, e a rebelião podia suscitar a ira dos deuses. Na medida em que as camadas superiores da sociedade verdadeiramente acreditassem nisto, o resto do povo seria meramente disciplinado como hoje disciplinamos animais domésticos.

E fato curioso que a conquista militar muito freqüentemente produzisse uma lealdade autêntica para com os vencedores. Isto aconteceu com o passar do tempo na maioria das conquistas romanas. No século V, quando Roma não mais tinha condições de *obrigar* à obediência, a Gália continuou completamente leal ao Império. Todos os Estados da antigüidade deviam sua existência ao poder militar, mas a maioria deles era capaz, se durassem muito, de gerar um sentido de coesão do todo, não obstante a resistência violenta de muitas partes na época de sua incorporação. A mesma coisa aconteceu de novo com o crescimento dos Estados modernos durante a Idade Média. Inglaterra, França e Espanha, todos adquiriram unidade em consequência de vitória militar, pelo governante de alguma parte do que veio a se constituir uma única nação.

Na antigüidade, todos os Estados, exceto o Egito, sofreram da falta de estabilidade, cujas causas foram em geral técnicas. Quando nenhum meio de locomoção podia andar mais depressa que o cavalo, era difícil para o governo central manter um controle rígido sobre sátrapas ou procônsules distantes, que podiam rebelar-se, e às vezes até mesmo tendo êxito em conquistar todo o Império, e outras vezes tornando-se soberanos independentes de uma parte dele. Alexandre, Atila e Gengis-Khan tiveram amplos impérios que se desfizeram à sua morte, e nos quais a unidade havia dependido totalmente do prestígio de um grande conquistador. Os diversos impérios não tinham unidade psicológica absolutamente alguma, mas tão-somente a unidade da força. Roma fez melhor, porque a civilização greco-romana era algo que indivíduos educados apreciavam e que contrastava agudamente com a barbárie das tribos de além-fronteira. Até a invenção das técnicas modernas, dificilmente era possível manter um grande império unido, a menos que segmentos superiores da sociedade, por toda a sua extensão tivessem algum sentimento comum pelo qual todos se unissem. E os meios de gerar um sentimento comum eram muito menos compreendidos do que são hoje. A base psicológica da coesão social, portanto, era ainda importante, embora necessária apenas entre a minoria governante. Nas comunidades antigas, a principal vantagem do tamanho grande, isto é, a possibilidade de grandes exércitos, era compensada pela desvantagem de que levava muito tempo para deslocar um exército de uma parte do império a outra, e também que o governo civil não havia vislumbrado modos de evitar insurreição militar. Até certo ponto essas condições duraram até os tempos modernos. Foi grandemente devido à falta de mobilidade que Inglaterra, Espanha e Portugal vieram a perder seus domínios no Hemisfério Ocidental. Mas desde o advento dos navios a vapor e do telégrafo, tornou-se muito mais fácil do que antes manter um grande território, e desde o advento da instrução universal tornou-se mais fácil instilar uma lealdade mais ou menos artificial através de toda uma grande população.

A tecnologia moderna não apenas facilitou a psicologia da coesão de grandes grupos; tornou também imperiosos grandes grupos, tanto do ponto de vista econômico como militar. As vantagens da produção em massa são um tema banal, sobre o qual não pretendo me estender. Como todos sabem, insistiu-se nelas como uma razão para unidade mais estreita entre as nações da Europa Ocidental. O rio Nilo, desde as épocas mais remotas, patrocinou a coesão de todo o Egito, visto que um governo que controlasse apenas o Nilo superior poderia destruir a fertilidade do Baixo Egito. No caso, não estava implicada qualquer técnica, mas o Tennessee Valley Authority e a sugerida via aquática do São Lourenço são desenvolvimentos científicos do mesmo efeito unificador de rios. Usinas centrais de energia, distribuindo energia elétrica por amplas regiões, tornaram-se cada vez mais importantes, e são muito mais rentáveis quando a região é grande do que quando ela é pequena. Se vier a tornar-se plausível (como é provável) o emprego de energia atômica em larga escala, isto aumentará consideravelmente a região vantajosa de distribuição. Todos esses aperfeiçoamentos modernos aumentam o controle sobre as vidas dos indivíduos por quem possua o domínio de grandes organizações, e ao mesmo tempo torna as poucas organizações grandes muito mais produtivas do que uma grande quantidade de empresas pequenas. Não há limite visível às vantagens do tamanho, tanto de organizações econômicas como políticas, a não ser o limite do planeta.

Passo agora a outro exame de mais ou menos os mesmos fatos sobre a evolução do governo, porém de ponto de vista diferente. O controle das vidas dos membros da comunidade pelos governos tem diferido muito através da história, não apenas quanto às dimensões da região sobre a qual se exerce o governo, mas também quanto à intensidade de sua interferência na vida individual.

O que se pode chamar de civilização começa com impérios de tipo bem definido, de que o Egito, a Babilônia e Nínive são os exemplos mais marcantes; os impérios inca e asteca eram essencialmente do mesmo tipo. Nesses impérios, a casta superior teve de início considerável grau de iniciativa pessoal, mas a grande população escrava obtida por conquista estrangeira não tinha nenhuma. A classe sacerdotal tinha condições de interferir na vida cotidiana em grau elevado. Exceto em questões de religião, o rei tinha um poder absoluto, e podia obrigar seus súditos a lutar em suas guerras. A divindade do rei e a reverência para com os sacerdotes produzia uma sociedade estável – no caso do Egito, a mais estável das que se tem notícia. Esta estabilidade era comprada ao preço da rigidez. E os impérios antigos tornaram-se estereotipados a um grau em que não mais podiam resistir à agressão estrangeira. Foram anexados e absorvidos pela Pérsia, e a Pérsia acabou sendo derrotada pelos gregos.

Os gregos aperfeiçoaram um novo tipo de civilização que havia sido inaugurado pelos fenícios: a da cidade-estado, baseada no comércio e no poder marítimo. As cidades gregas diferiam grandemente quanto ao grau de liberdade individual concedida aos cidadãos; na maioria das cidades havia muita liberdade, mas em Esparta ela era um mínimo absoluto. A maioria delas, porém, tinha tendência a cair sob o mando de tiranos, e por muitos anos ficavam essas cidades sob regime de despotismo temperado por revolução. Numa cidade-estado a revolução era fácil. Os descontentes tinham apenas que atravessar uns poucos quilômetros além do território do governo contra o qual desejavam rebelar-se, e havia sempre uma cidade-estado hostil disposta a ajudá-los. Por toda a idade de ouro da Grécia houve certo grau de anarquia que para o espírito moderno seria intolerável. Mas os cidadãos de uma cidade grega, mesmo aqueles que mais estavam rebelados contra o governo do momento, conservavam a psicologia da lealdade primitiva; eles amavam sua cidade natal com uma devoção que chegava muitas vezes a ser imprudente, mas quase sempre ardorosa. A grandeza dos gregos nos feitos individuais, penso eu que estava intimamente relacionada com sua incompetência política, porque a força do sentimento pessoal era a fonte tanto de realização individual como do fracasso em garantir a unidade grega. E foi assim que a Grécia caiu sob o domínio, primeiro dos macedônios e depois de Roma.

Império Romano, embora em expansão, dava grande margem de autonomia individual e local às províncias, mas depois de Augusto o governo paulatinamente adquiriu grau crescente de controle, e, por fim, sobretudo pela severidade dos impostos, fez com que todo o sistema se esboroasse pela maior parte do que havia sido o Império Romano. No que restou, porém, não houve esmorecimento do controle. Foi a exceção a esse controle minucioso, mais do que em qualquer outro caso, que tornou tão transitória a reconquista da Itália e da África por Justíniano. Porque todos aqueles que de início saudaram suas legiões como libertadoras do domínio dos godos e vândalos mudaram de opinião quando as legiões foram seguidas de um exército de coletores de impostos.

A pretensão de Roma de unificar o mundo civilizado fracassou sobretudo porque, talvez por ser tanto distante como estranho, ela falhou em proporcionar um mínimo de felicidade instintiva inclusive para os cidadãos prósperos. Nos últimos séculos do Império houve pessimismo por toda parte e falta de ânimo de todos os que nele viviam. Os homens sentiam que a vida aqui na Terra tinha pouco a oferecer, e esse sentimento contribuiu para o Cristianismo fazer com que as idéias dos homens se dirigissem para um outro mundo futuro.

Com o desaparecimento de Roma, o Ocidente passou por completa transformação. O comércio quase estancou; as grandes estradas romanas se deterioraram; pequenos reinos quase sempre se batiam entre si, e governavam pequenos territórios da melhor maneira a seu alcance, enquanto tinham que enfrentar a anarquia de uma turbulenta aristocracia teutônica e o desgosto irritado da antiga população romanizada. A escravidão generalizada havia quase desaparecido por toda a cristandade ocidental, mas foi substituída pela servidão. Em vez de serem sustentadas por vastas

frotas que traziam cereais da África para Roma, pequenas comunidades com poucos e raros contatos externos viviam como podiam da produção de suas próprias terras. A vida era dura e rude, mas não havia mais aquele estado de apatia e desesperança que existiu nos últimos dias de Roma. Por toda a Idade das Trevas e Idade Média campeou a ilegalidade, resultando que todas as pessoas prudentes adoravam a lei. Aos poucos, o vigor que a ilegalidade havia permitido restaurou certo grau de ordem e deu condições a que alguns grandes homens edificassem uma nova civilização.

Do século XV até os dias atuais, o poder do Estado contra o do indivíduo tem aumentado continuamente, no início sobretudo como consequência da invenção da pólvora. Assim como nos antigos tempos da anarquia a maioria dos homens prudentes adorava a lei, durante o período de crescente poder do Estado verificou-se tendência crescente no sentido de adorar a liberdade. Os séculos XVIII e XIX tiveram considerável grau de êxito em aumentar o poder do Estado no que era necessário para a manutenção da ordem, deixando apesar disso grande grau de liberdade àqueles cidadãos que não pertenciam às camadas sociais mais baixas.

Contudo, o impulso no sentido da liberdade parece agora ter perdido muito de sua força entre os reformadores, mas foi substituído pelo amor à igualdade, que foi amplamente estimulado pelo surgimento da riqueza e poder dos novos magnatas industriais sem qualquer reivindicação tradicional de superioridade. E as exigências da guerra total persuadiram a quase todos de que um sistema social muito mais estreito é mais necessário do que aquele que satisfazia a nossos avós.

Há por grande parte da superfície da Terra algo parecido com um retorno ao sistema do Egito Antigo de monarquia divina, supervisionada por uma nova casta sacerdotal. Embora esta tendência não tenha ido tão longe no Ocidente quanto no Oriente, contudo chegou a um ponto que teria espantado os séculos XVIII e XIX, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. A iniciativa individual é tolhida ou pelo Estado ou por empresas poderosas, e há um grande risco de que isto ocasione, como na antiga Roma, uma espécie de indiferença e fatalismo que é catastrófico para a vida vigorosa. Constantemente recebo cartas dizendo: "Percebo que o mundo está em mau estado, mas que pode uma pessoa humilde fazer? A vida e a propriedade estão à mercê de uns poucos indivíduos que têm o poder de decidir quanto à paz e à guerra. As atividades econômicas de vulto são determinadas por aqueles que dirigem ou o Estado ou as grandes companhias. Mesmo onde existe democracia nominal, o papel que cabe a um cidadão no controle político é infinitesimal. Não será melhor em tais circunstâncias esquecer as questões públicas e gozar a vida do melhor modo que a situação permita?" Acho muito difícil responder a essas cartas, e estou certo de que o estado de espírito que as inspira é bastante inimigo de uma vida social saudável. Em consequência meramente do tamanho, o governo se distancia cada vez mais dos governados e tende, mesmo numa democracia, a ter vida própria independente. Declaro não saber como curar este mal completamente, mas acho importante reconhecer sua existência e procurar meios de diminuir sua magnitude.

O mecanismo instintivo de coesão social, isto é, lealdade à pequena tribo cujos membros são todos conhecidos uns dos outros, é algo de fato muito distante da espécie de lealdade para com o Estado que a substituiu no mundo moderno, e mesmo o que resta da mais primitiva espécie de lealdade deve desaparecer na organização do mundo reclamada pelos perigos atuais. Um inglês ou um escocês podem sentir uma lealdade instintiva pela Grã-Bretanha: podem saber o que Shakespeare disse a respeito dela; sabem que é uma ilha com limites inteiramente naturais; estão a par da história inglesa, na medida, pelo menos, em que é gloriosa, e sabem que o povo do continente fala línguas estranhas. Mas se a lealdade à Grã-Bretanha tiver que ser substituída pela lealdade à União Ocidental, será necessário uma consciência da cultura ocidental como algo que tenha uma unidade que ultrapasse as fronteiras nacionais; porque, à parte isto, existe apenas um motivo psicológico adequado para este fim, isto é, o medo de inimigos externos. Mas o medo é um motivo negativo, e deixa de ser operante no momento da vitória. Quando comparado ao amor dos gregos por sua cidade natal, torna-se óbvio como é muito menor o alcance que tem a lealdade baseada meramente no medo para os instintos e paixões de homens e mulheres comuns na ausência de perigos imediatos e prementes.

O governo, desde as primeiras épocas em que existiu, tem tido duas funções, uma negativa e outra positiva. Sua função negativa tem sido evitar a violência de indivíduos isolados, proteger a vida e a propriedade, promulgar a lei criminal e garantir sua execução. Mas além disso tem um propósito positivo, a saber, facilitar a concretização dos desejos considerados comuns à grande maioria dos cidadãos. As funções positivas do governo em quase todas as épocas se tem limitado quase que principalmente à guerra: se um inimigo puder ser vencido e seu território adquirido, todos no país vitorioso ganham em maior ou menor grau. Mas atualmente as funções positivas do governo estão imensamente ampliadas. Há, em primeiro lugar, a instrução, consistindo não apenas de currículos escolares, mas também da instilação de certas lealdade e certas crenças. Trata-se daquilo que o Estado considera desejável, e em grau menor, em alguns casos, daquilo exigido por alguma organização religiosa. Há várias empresas industriais. Mesmo nos Estados Unidos, que pretendem limitar as atividades econômicas do Estado ao máximo possível, o controle governamental sobre as empresas está aumentando rapidamente. E quanto às empresas industriais há pouca diferença, do ponto de vista psicológico, entre as dirigidas pelo Estado e as dirigidas por grandes companhias privadas. Em qualquer dos casos verifica-se um governo que de fato, se não em intenção, está distante daqueles a quem controla. Só os membros do governo, seja do Estado ou das grandes firmas, podem manter o sentido de iniciativa individual, e verifica-se inevitavelmente uma tendência dos governos no sentido de encarar aqueles que trabalham para ele mais ou menos como consideram suas máquinas, isto é, tão-somente como meios necessários. O ideal de cooperação tranqüila tende constantemente a aumentar o tamanho das unidades, e por tanto a diminuir o número daqueles que ainda possuem o poder de iniciativa. Pior que tudo, do ponto de vista dos dias atuais, é um sistema que existe por amplos setores na Inglaterra, onde aqueles que têm iniciativa nominal são constantemente controlados por um funcionalismo público que tem apenas veto e nenhum dever de inovação, e que assim adquire uma psicologia negativa permanentemente propensa a proibições. Em tal sistema, as pessoas laboriosas e imaginativas ficam em situação desesperada; aqueles que poderiam tornar-se mais operosos num ambiente mais promissor tendem à indiferença e frivolidade; e não é provável que as funções positivas do Estado venham a ser cumpridas com vigor e competência. É provável que a entomologia econômica possa trazer vantagens consideravelmente maiores do que atualmente, mas isto exigiria a aprovação dos salários de considerável número de entomologistas, e atualmente o governo é de opinião que uma política tão empreendedora como a de empregar entomologistas só poderia ser aplicada com reservas. É desnecessário dizer que esta é a opinião de homens que adquiriram o hábito que se percebe em pais ignorantes de sempre dizerem "não faça isto", sem parar para pensar se o que estão proibindo causará algum mal. Males como esses são difíceis de evitar onde existe controle distante, e deve haver muito mais controle remoto em organizações de grande porte.

Examinarei em conferência posterior o que pode ser feito no sentido de amenizar os males desse tipo sem prejuízo das vantagens das organizações em larga escala. Pode ser que as atuais tendências no sentido de centralização sejam bastante fortes para que se vejam contrariadas até que levem à catástrofe, e que, como aconteceu no século V, todo o sistema se esboroe, com todo o inevitável cortejo de anarquia e miséria, antes que os seres humanos possam de novo adquirir o grau de liberdade pessoal sem o qual a vida perde seu sabor. Espero que isto não venha a acontecer, mas certamente assim será, a menos que o perigo seja compreendido e a menos que sejam tomadas medidas enérgicas para o impedir.

Nesse breve esboço das mudanças ocorridas nos modos de coesão social ocorridas nos tempos históricos, podemos observar um duplo movimento.

Por um lado, verifica-se uma evolução periódica, a partir de uma perda e tipo primitivo de organização a um governo paulatinamente mais organizado, abrangendo domínio maior, e controlando uma parte maior das vidas dos indivíduos. A certo ponto dessa evolução, quando houve recentemente grande aumento de riqueza e segurança, mas o vigor e iniciativa de épocas mais bárbaras ainda não declinou, pode haver grandes realizações no sentido de progredir a civilização. Mas quando a nova civilização se torna estereotipada, quando o governo teve tempo de consolidar seu poder, quando o costume, a tradição e a lei estabeleceram normas bastante minuciosas de modo a emperrar a iniciativa, a sociedade em questão envereda por uma fase de estagnação. Os homens louvam os feitos de seus antepassados, porém já não podem igualá-los; as artes tornam-se convencionais, e a ciência definha por respeito à autoridade.

Encontra-se esse tipo de evolução seguido de ossificação na China e Índia, na Mesopotâmia e Egito, assim como no mundo greco-romano. O resultado final se dá em geral pela conquista estrangeira: existem velhos preceitos morais para combater antigos inimigos, mas, quando um inimigo de novo tipo surge, a comunidade envelhecida não tem a maleabilidade para adotar os novos preceitos e únicos que ensejem a segurança. Se, como freqüentemente acontece, os conquistadores são menos civilizados que os conquistados, não terão talvez a destreza para o governo de um grande império, ou para a manutenção do comércio por uma extensa região. A conseqüência é uma redução da população, do tamanho das unidades governamentais e da intensidade do controle governamental. paulatinamente, nas novas condições mais ou menos anárquicas, retorna o vigor, e um novo ciclo tem início.

Mas além desse movimento periódico existe um outro. No auge de cada ciclo, a região governada por um Estado é maior que em época passada, e o grau de controle exercido pela autoridade sobre o indivíduo é mais intenso do que em qualquer ponto máximo anterior. O Império Romano era maior que os impérios babilônico e egípcio, e os impérios de hoje são maiores que o império de Roma. Na história passada jamais houve um grande Estado que controlasse seus cidadãos tão completamente quanto são controlados na República Soviética, ou mesmo nos países da Europa Ocidental.

Tendo em vista que a Terra tem dimensões finitas, esta tendência, se não for detida, deverá culminar na criação de um único Estado mundial. Mas como, nesse caso, não haverá inimigo externo para promover a coesão pelo medo, os velhos mecanismos psicológicos não mais serão adequados. Não haverá lugar para patriotismo nas questões do governo mundial; a força motriz terá que ser buscada no auto-interesse e na benevolência, sem os poderosos incentivos do ódio e do medo. Poderá persistir uma sociedade como essa? E, se persistir, será capaz de progresso? Trata-se de questões difíceis. Algumas considerações que devem ser mantidas em mente serão feitas nas conferências subseqüentes para que essas questões possam ser respondidas.

Falei de um movimento duplo na história passada, mas não acho que haja algo certo ou inevitável quanto a essas leis do desenvolvimento histórico que podemos descobrir. Novos conhecimentos podem alterar o curso dos acontecimentos fazendo com que sejam inteiramente diferentes do que se poderia prever; foi o caso, por exemplo, do descobrimento da América. Novas instituições podem também exercer efeitos imprevistos: não percebo como qualquer romano do tempo de Júlio César pudesse prever algo parecido como a Igreja Católica. E ninguém no século XIX, nem mesmo Marx, previa a União Soviética. Por todas essas razões, as profecias quanto ao futuro da humanidade devem ser tratadas apenas como hipóteses que possam merecer consideração.

Acho que, embora uma profecia rigorosa seja difícil, há certas possibilidades indesejáveis que é prudente ter em mente. Por um lado, a guerra prolongada e destrutiva pode causar colapso da indústria em todos os Estados civilizados, levando a uma situação de anarquia em pequena escala como a que vigorou na Europa Ocidental após a queda de Roma. Isto implicaria uma imensa diminuição da população e, pelo menos por certo tempo, uma paralisação de muitas das atividades que consideramos características de um modo de vida civilizado. Mas parece sensato esperar-se que, como aconteceu nos tempos medievais, seja restaurado um mínimo de coesão social, e que o terreno perdido venha a ser paulatinamente recuperado.

Há, porém, outro perigo, talvez mais provável de se concretizar. As técnicas modernas possibilitaram uma nova intensidade de controle governamental, e esta possibilidade tem sido plenamente explorada pelos Estados totalitários. Pode ser que sob a tensão da guerra, ou o medo da guerra, ou em conseqüência de conquista totalitária, as partes do mundo em que sobreviva algum grau de liberdade individual diminuam, e que mesmo nelas a liberdade venha a ser restringida cada vez mais. Não há muita razão para supor que o sistema resultante seja instável, mas será quase certamente estático e incapaz de progresso. E trará consigo um recrudescimento dos antigos males: escravidão, fanatismo, intolerância e desgraça abjeta para a maioria da humanidade. Isto, a meu ver, é uma infelicidade contra a qual é da maior importância estarmos prevenidos. Por esta razão, a ênfase no valor do indivíduo é cada vez mais necessária agora do que em qualquer época anterior.

É importante evitar ainda uma outra falácia. Penso ser verdade, como venho argumentando, que O equipamento congênito na natureza humana provavelmente tenha mudado pouco durante centenas de milhares de anos, mas o que é congênito é apenas pequena parte da estrutura de um ser humano moderno. Do que venho dizendo não desejo que alguém venha a inferir que num mundo sem guerra devesse existir um sentido de frustração instintiva. A Suécia nunca esteve em guerra desde 1814, isto é, por um período de quatro gerações, mas acho que ninguém poderia afirmar que os suecos tenham sofrido em sua vida instintiva em consequência dessa imunidade. Se a humanidade tiver êxito em abolir a guerra, não deverá ser difícil encontrar válvulas de escape para o amor à aventura e ao perigo. As antigas válvulas, que durante certo tempo serviram ao propósito biológico, já não mais satisfazem, e portanto torna-se imperioso encontrar novas. Mas nada há na natureza humana que nos obrigue a condescender na selvageria continuada. Nossos impulsos menos controlados só passam a ser perigosos quando são negados ou mal compreendidos. Quando se evita esse erro, o problema de ajustá-los num bom sistema social pode ser solucionado mediante inteligência e boa-vontade.

O PAPEL DA INDIVIDUALIDADE

Nesta conferência proponho-me considerar a importância, para o bem e para o mal, de impulsos e desejos que pertencem a alguns membros de certa comunidade mas não a todos. Numa comunidade muito primitiva tais impulsos e desejos desempenham papel mínimo. A caça e a guerra são atividades em que um homem pode ter mais êxito que outro, mas nas quais todos participam de um propósito comum. Na medida em que as atividades espontâneas dos homens são tais que toda a tribo aprova e delas participa, sua iniciativa é pouquíssimo tolhida pelos demais componentes da tribo, e mesmo suas atividades mais espontâneas ajustam-se ao padrão de conduta aceito por todos. Mas à medida que os homens se tornam mais civilizados revela-se uma diferença cada vez mais acentuada entre as atividades de um em relação aos demais, e a comunidade precisa, se quiser prosperar, de certo número de indivíduos que não se ajustem inteiramente ao tipo geral. Na prática, todo progresso artístico, moral e intelectual tem dependido de tais indivíduos, que têm sido um fator decisivo na transição da barbárie à civilização. Se uma comunidade quiser progredir, precisa de indivíduos excepcionais cujas atividades, embora úteis, não sejam de uma espécie que deva ser geral. Verifica-se sempre numa sociedade altamente organizada uma tendência a que as atividades desses indivíduos sejam indevidamente tolhidas, mas, por outro lado, se a comunidade não exercer controle algum, a mesma espécie de iniciativa individual que seja capaz de introduzir inovação valiosa pode também ser a origem de um criminoso. O problema, como todos os demais de que nos estamos ocupando, é de equilíbrio; pouca liberdade enseja estagnação, e liberdade em demasia gera o caos.

Há muitos modos pelos quais uma pessoa possa divergir da maioria dos membros do seu rebanho. Ela pode ser excepcionalmente anárquica ou criminosa; pode ser possuidora de raro talento artístico; pode ter o que venha a ser reconhecido como um novo carisma em questões de religião e moral, e pode ter poderes intelectuais fora do comum. Tudo indica que deve ter havido desde uma época muito recuada da história humana alguma diferenciação de função. As pinturas existentes nas grutas dos Píreus, feitas por homens do paleolítico, exibem elevado grau de mérito artístico, e dificilmente se poderá admitir que todos, indistintamente, naquela época, fossem capazes de trabalho tão digno de admiração. Parece muito mais provável que as pessoas em quem se reconheceu talento artístico tenham por vezes tido permissão para ficar em casa fazendo pinturas enquanto o restante da tribo ia caçar. O chefe e o sacerdote devem desde o início ter sido escolhidos por mostrarem reais ou supostas qualidades peculiares: curandeiros podiam fazer mágicas, e o espírito tribal estava de algum modo encarnado no chefe. Mas desde as eras mais remotas houve uma tendência a que cada uma dessas atividades fosse institucionalizada. A chefia tornou-se hereditária, os curandeiros converteram-se em casta distinta, e os bardos reconhecidos tornaram-se os protótipos dos nossos poetas laureados. Foi sempre difícil para as comunidades reconhecer o que é necessário para indivíduos que irão fazer o tipo de contribuição excepcional que tenho em mente, isto é, elementos de barbárie, de distanciamento em relação ao rebanho, de

dominação mediante impulsos raros cuja utilidade nem sempre é óbvia a todos.

Nesta conferência desejo considerar, tanto do ponto de vista histórico como recorrendo a fatos atuais, a relação dos homens excepcionais para com a comunidade, e as condições que facilitam a frutificação socialmente útil de seus méritos extraordinários. Examinarei esse problema primeiro quanto às artes, depois quanto à religião e, por fim, quanto à ciência.

Nos nossos dias o artista não desempenha papel tão vital na vida pública quanto desempenhava no passado. Há uma tendência atualmente, em menosprezar o poeta, e em pensar que ele deva ser um ente solitário a proclamar coisas que os filisteus não querem ouvir. Na história passada a coisa era muito diferente: Homero, Virgílio e Shakespeare foram poetas de corte, e cantaram as glórias de sua tribo e suas nobres tradições. (Quanto a Shakespeare, devo confessar, isto apenas em parte é verdade, mas certamente aplica-se a suas peças históricas.) Poetas galeses mantiveram vivas as glórias do Rei Artur, e essas glórias vieram a ser celebradas por escritores ingleses e franceses; o Rei Henrique II estimulou-os por motivos imperialistas. As glórias do Partenon e das catedrais da Idade Média estavam intimamente relacionadas com Objetos públicos. A música, embora pudesse desempenhar seu papel nas câmaras reais, existiu primeiramente para estimular coragem na batalha – propósito para o qual, de acordo com Platão, devia ser regulamentada por lei. Mas dessas antigas glórias do artista pouco resta no mundo moderno a não ser o gaitero num regimento afastado nos confins da Escócia. Ainda veneramos o artista, mas o isolamos; pensamos na arte como alguma coisa distinta, e não como parte integrante da vida da comunidade. Só o arquiteto, porque atende a fins utilitários, conserva ainda alguma coisa do antigo *status* do artista.

A decadência das artes em nossa época não se deve apenas ao fato de que a função social do artista não seja tão importante quanto o foi em tempos passados; deve-se também ao fato de que o prazer espontâneo não mais é sentido como algo que seja importante desfrutar. Ainda vicejam danças folclóricas e música popular em populações relativamente simples, e um pouco do poeta existe em cada pessoa. Mas à medida que os homens se tornam mais industrializados e dominados, a espécie de prazer que é comum nas crianças torna-se impossível para os adultos, porque estão sempre pensando no que vem depois, e nunca podem ficar absorvidos por um momento. O hábito de pensar no "que vem depois" é mais fatal para qualquer espécie de valor artístico do que qualquer outro hábito de espírito que se possa imaginar. E se as artes, sob qualquer ponto de vista importante, deve sobreviver, não há de ser pela fundação de academias austeras, mas pela restauração da capacidade de alegrias e tristezas francas, que a prudência e a previsão nada mais fizeram que destruir.

Os homens convencionalmente reconhecidos como Os maiores da humanidade foram inovadores na religião e na moral. Não obstante a reverência que tem para com eles as épocas subsequentes, eles, em grande maioria, por toda a sua vida estiveram em conflito de maior ou menor intensidade com suas comunidades. O progresso moral tem consistido, em geral, de protesto contra costumes cruéis, e de tentativas de ampliar os limites da solidariedade humana. O sacrifício de seres humanos desapareceu entre os gregos nos inícios da época plenamente histórica. Os estoicos ensinavam que devia haver solidariedade não apenas para com os gregos, mas para com os bárbaros e escravos, e, na verdade, extensiva a toda a humanidade. Budismo e Cristianismo difundiram doutrina semelhante por toda parte. A religião, que originariamente havia sido parte do aparelho de coesão social, promovendo conflito sem equivalente cooperação no seio da comunidade, assumiu um caráter mais universal, e empenhou-se em ultrapassar os estreitos limites que a moralidade primitiva havia estabelecido. Não admira que os inovadores religiosos fossem execrados em seus dias, pois procuravam destituir o homem da alegria da batalha e dos ardentes prazeres da vingança. A ferocidade primitiva, que parecera uma virtude, era agora declarada pecado, e uma profunda ambigüidade era introduzida entre a moralidade ensinada e a vida impulsiva ou antes, entre a moralidade ensinada por aqueles em quem o impulso de humanidade era forte, e a moralidade tradicional que era preferida por aqueles que não tinham qualquer comunhão de sentimentos com tribos de fora do seu rebanho.

Os inovadores religiosos e morais têm tido imenso efeito sobre a vida humana; nem sempre, deve-se confessar, o efeito que pretendiam, mas de qualquer forma profundamente benéfico de

modo geral. É certo que no século atual temos visto em importantes partes do mundo uma perda de valores morais que supúnhamos firmemente estabelecidos, mas podemos ter esperança de que este retrocesso não durará. Devemo-lo a inovadores morais que primeiro tentaram transformar a moralidade numa questão universal e não meramente tribal, o que veio a ser uma desaprovação da escravidão, um sentimento de dever para com prisioneiros de guerra, uma limitação dos poderes de maridos e pais, e um reconhecimento, embora imperfeito, de que as raças submetidas não devem simplesmente ser exploradas em proveito de seus conquistadores. Deve-se admitir que todos esses ganhos morais têm sido prejudicados pelo recrudescimento da antiga ferocidade, mas não acho que no final o progresso moral que eles têm representado será perdido para a humanidade.

Os profetas e sábios que inauguraram este avanço moral, conquanto na maioria não tenham sido honrados em vida, estavam, não obstante, desimpedidos para fazer a sua obra. Num moderno Estado totalitário as coisas são piores que no tempo de Sócrates, ou no tempo dos evangelhos. Num estado totalitário o inovador cujas idéias são desaprovadas pelo governo é não apenas condenado a morte, questão a que pode ficar indiferente um homem corajoso, mas é totalmente impedido de fazer com que sua doutrina seja conhecida. As inovações, numa comunidade como essa, só podem advir do governo, e o governo hoje, como no passado, não deverá aprovar qualquer coisa contrária a seus interesses imediatos. Num Estado totalitário, acontecimentos como o advento do Budismo ou do Cristianismo seriam praticamente impossíveis, e nem mesmo pelo maior heroísmo pode um reformador moral adquirir qualquer tipo de influência. Trata-se de um fato novo na história, ensejado pelo aumento do controle sobre os indivíduos, que a moderna técnica de governo possibilitou. É um fato muito grave, e nos mostra o quanto é fatal um regime totalitário para toda espécie de progresso moral.

Nos dias atuais, um indivíduo de poderes excepcionais dificilmente pode ter esperança de ter uma carreira tão grande ou uma influência tão marcante como em tempos passados, se pretender dedicar-se às artes ou à reforma religiosa e moral. Há, porém, quatro carreiras ainda abertas para ele: ele pode tornar-se um grande dirigente político, como Lênin; pode adquirir um vasto poder industrial, como Rockefeller; pode transformar o mundo mediante descobrimentos científicos, como está sendo feito pelos físicos atômicos, ou, finalmente, se não tiver capacidade necessária para qualquer dessas carreiras, ou se lhe faltar oportunidade, suas energias sem outra válvula de escape podem levá-lo à senda do crime. Os criminosos, no sentido legal, raramente têm muita influência no curso da história, e, portanto, um homem de invencível ambição escolherá uma outra carreira que lhe esteja aberta.

A elevação do cientista a grande preeminência no Estado é um fenômeno moderno. Os cientistas, como outros inovadores, tiveram que lutar para obter reconhecimento: alguns foram banidos; outros foram queimados; outros, ainda, foram mantidos em masmorras; outros simplesmente tiveram seus livros queimados. Mas aos poucos chegou-se a compreender que eles podiam colocar o poder nas mãos do Estado. Os revolucionários franceses, depois de equivocadamente guilhotinar Lavoisier, empregaram seus colegas sobreviventes na fabricação de explosivos. Na guerra moderna os cientistas são reconhecidos por todos os governos civilizados como os cidadãos mais úteis, desde que sejam domados e induzidos a colocar seus serviços à disposição de um único governo em vez de o dedicarem a toda a humanidade.

Tanto no bem como no mal, quase tudo que distingue nossa era das suas predecessoras deve-se à ciência. Na vida diária temos luz elétrica, rádio, cinema. Na indústria empregamos maquinaria e energia que devemos à ciência. Devido ao grande aumento de produtividade do trabalho temos condições de dedicar uma proporção muito maior de nossas energias a guerras e preparativos de guerras do que antigamente era possível, e podemos manter os jovens na escola por muito mais tempo do que antigamente. Devido à ciência, temos condições de disseminar informações e boatos através da imprensa e do rádio a praticamente todo mundo. Graças à ciência, podemos dificultar enormemente que fujam pessoas de quem o governo não gosta. Toda a nossa vida cotidiana e nossa organização social são o que são graças à ciência. Todo esse vasto desenvolvimento é atualmente amparado pelo Estado, mas ele se deu originariamente em oposição ao Estado, e onde, como na Rússia, o Estado voltou a um padrão anterior, a antiga oposição deveria aparecer de novo se o Estado não fosse onipotente a um grau inimaginado pelos tiranos de épocas

passadas.

A oposição à ciência, no passado, não era de modo algum surpreendente. Os cientistas afirmavam coisas que eram contrárias ao que todos acreditavam; eles abatiam idéias preconcebidas e foram julgados destituídos de reverência. Anaxágoras ensinava que o sol era uma pedra vermelha e quente e que a lua era feita de terra. Por essa heresia foi banido de Atenas pois acaso não era sabido por todos que o Sol era um deus e a Lua uma deusa? Foi apenas o poder sobre as forças naturais conferido pela ciência que levou pouco a pouco à tolerância dos cientistas, e mesmo isto foi um processo lento, porque seus poderes eram a princípios atribuídos à magia.

Não seria de admirar se, atualmente, um poderoso movimento anticientífico surgisse em conseqüência dos perigos para a vida humana que estão aparecendo com as bombas atômicas e os que podem resultar da guerra bacteriológica. Mas seja o que for que o povo possa sentir sobre esses horrores, não ousa voltar-se contra os homens de ciência na medida em que a guerra não seja absolutamente provável, porque se um lado estivesse dotado de cientistas e o outro não, o lado que abrigasse cientistas quase certamente seria o vitorioso.

A ciência, na medida em que consiste de conhecimento, deve ser considerada como tendo valor, mas na medida em que consista de técnica a questão quanto a se de ser apreciada ou não dependerá do emprego que se fizer da técnica. Em si mesma a técnica é neutra, nem boa nem má, e quaisquer opiniões definitivas que possamos Ter quanto ao que dá valor a isto ou aquilo deve provir de outra fonte que não seja a da ciência.

Os cientistas, não obstante sua profunda influência na vida moderna, são se certo modo menos poderosos que os políticos. Os políticos atuais são muito mais influentes do que o eram em qualquer período passado da história humana. Sua relação para com os homens de ciência é como a de um mágico nos contos de *Mil e Uma Noites* para com o *djim* que obedece suas ordens. Esta entidade meio humana e meio angélica faz coisas surpreendentes que os mágicos, sem sua ajuda, não poderiam fazer, mas só as faz porque lhe mandam fazer, e não devido, a um impulso vindo de si mesmo. O mesmo acontece com os cientistas nucleares em nossos dias; alguns governos os prendem em suas casas em alto-mar, e eles são postos a trabalhar, ao acaso de quem os capture, como escravo para um lado ou para outro. O político, quando é bem sucedido, não está sujeito a tal coerção. A carreira mais surpreendente dos dias atuais foi a de Lênin. Após seu irmão Ter sido condenado à morte pelo governo czarista, ele passou anos na miséria e no exílio, e depois subiu em poucos meses ao comando de um dos maiores Estados. E este comando não era como o de Xerxes ou de César, meramente poder para desfrutar luxo e adulação, que qualquer homem, exceto ele desejaria. Era o poder para moldar um vasto país de acordo com um padrão concebido no seu espírito, para alterar a vida de todos os trabalhadores, todos os camponeses e todas as pessoas da classe média; para introduzir uma espécie inteiramente nova de organização e tornar-se para todo o mundo o símbolo de uma nova ordem, admirada por uns e execrada por muitos, mas conhecida por todos. Nenhum sonho megalomaniaco podia ser mais terrificante. Napoleão afirmava que tudo podemos fazer com baionetas, exceto embainhá-las; Lênin desaprovava esta exceção.

Os grandes homens que sobressaem na história têm sido em parte benfeitores da humanidade e em parte malfeitores. Alguns, como os inovadores religiosos e morais, fizeram o que estava a seu alcance para tornar os homens menos cruéis uns com os outros e menos mesquinhos em seus sentimentos; alguns, como os cientistas, nos deram conhecimento e compreensão de processos naturais que, embora possam ser utilizados erradamente, podem ser considerados em si como coisas esplêndidas. Alguns, como os grandes poetas, pintores e músicos, criaram beleza e esplendor no mundo, que em momentos de depressão muito fazem para tornar suportável o espetáculo do destino humano. Mas outros, igualmente capazes, igualmente eficazes a seu modo, fizeram exatamente o oposto. Não vejo em quê a humanidade tenha ganho alguma coisa com a existência de Gêngis-Khan. Não sei que bem possa ter advindo de Robespierre, e, a meu ver, não vejo razão para ser grato a Lênin. Mas todos esses homens, tanto bons como maus, tinham uma qualidade que não deve desaparecer do mundo – uma qualidade de energia e iniciativa pessoal, de independência de espírito e de visão inventiva. Uma pessoa que possua essas qualidades é capaz de fazer grande bem, ou causar grande mal, e se a humanidade não quiser mergulhar no

marasmo esses homens excepcionais deverão ter oportunidade, embora desejássemos que essa oportunidade fosse apenas para o bem da humanidade. Pode haver menos diferença do que comumente se supõe entre o temperamento de um grande criminoso e um grande estadista. Pode ser que o Capitão Kidd e Alexandre, o Grande, se um mágico os trocasse na hora do nascimento, tivessem empreendido a carreira que, de fato, foi empreendida pelo outro. O mesmo se pode dizer de certos artistas; as memórias de Benvenuto Cellini não dão um quadro do homem com aquele respeito da lei que todo cidadão deve ter. No mundo moderno, e ainda mais, tanto quanto se pode supor, no mundo do futuro próximo, realização importante é e será impossível a qualquer indivíduo se ele não puder dirigir alguma vasta organização. Se ele puder fazer-se chefe de um Estado como Lênin, ou monopolista de uma grande indústria como Rockefeller, ou um controlador de crédito como o velho Pierpont Morgan, ele pode produzir enormes efeitos sobre o mundo. E do mesmo modo o fará se, sendo um cientista, persuadir algum governo de que seu trabalho pode ser valioso na guerra. Mas o homem que trabalhe sem ajuda de uma organização, como um profeta hebreu, um poeta ou um filósofo solitário como Spinoza, não mais pode ter esperança do tipo de importância que alguns homens tiveram em épocas passadas. Os cientistas do passado fizeram seu trabalho quase que apenas individualmente, mas o cientista de hoje precisa de enorme e onerosíssimo equipamento e laboratório com muitos assistentes. Tudo isto ele pode obter mediante favores governamentais, ou, nos Estados Unidos, pelo patrocínio de homens ricos. Ele não é mais um trabalhador independente, mas essencialmente parte integrante de alguma grande organização. Esta transformação é realmente lastimável, porque as coisas que um grande homem podia fazer na solidão podiam ser mais benéficas que aquelas que ele só pode fazer mediante ajuda de outros. Uma pessoa que queira influir nas questões humanas acha difícil ser bem sucedido, a não ser como escravo ou como tirano: como político ele pode fazer-se chefe de um Estado, ou como cientista pode vender seu trabalho ao governo, mas nesse caso deve servir aos propósitos do Estado e não aos seus.

E isto se aplica não apenas a homens de rara e excepcional grandeza, mas à vasta gama de talentos. Nas épocas em que houve grandes poetas, houve também grande número de pequenos poetas, e quando houve grandes pintores houve também numerosos pequenos pintores. Os grandes compositores alemães surgiram num meio em que a música era estimada e onde grande número de talentos menores encontrava oportunidade. Naqueles dias, a poesia, a pintura e a música eram parte vital da vida diária do homem comum, como apenas os esportes São agora. Os grandes profetas eram homens que se destacavam numa multidão de profetas menores. A inferioridade de nossa época nesses assuntos é resultado inevitável do fato de que a sociedade está centralizada e organizada a tal ponto que a iniciativa individual está reduzida a um mínimo. Onde as artes vicejaram no passado, vicejou via de regra em meio a pequenas comunidades que tinham rivais entre seus vizinhos, tais como as cidades-estado gregas, os pequenos principados do Renascimento italiano, e as pequenas cortes dos governantes alemães do século XVIII. Cada um desses governantes tinha que manter seus músicos, e podia acontecer que fosse um Johan Sebastian Bach, mas mesmo que não fosse um tão grande, era livre para fazer o que pudesse.

Existe algo sobre rivalidade local que é essencial nestas questões. A rivalidade desempenhava seu papel inclusive na construção de catedrais, porque cada bispo queria ter uma catedral mais bela que seu bispo vizinho. Seria boa coisa se as cidades pudessem desenvolver um Orgulho artístico que as levasse à rivalidade mútua, e se cada uma delas tivesse sua escola de música e pintura, não sem um vigoroso desdém pela escola da cidade vizinha. Mas um regionalismo como esse não floresce prontamente num mundo de impérios e mobilidade livre. Um homem de Manchester não sente facilmente para com o homem de Sheffield o mesmo que um ateniense sentia para com um coríntio, ou um florentino para com um veneziano. Mas a despeito dessas dificuldades, acho que este problema de dar importância às localidades terá que ser enfrentado se a vida humana não quiser se tornar cada vez mais hedionda e monótona.

O selvagem, não obstante pertencesse a uma pequena comunidade, tinha uma vida em que sua iniciativa não era tolhida em demasia pela comunidade. As coisas que ele queria fazer, em geral caçar e guerrear, eram também as coisas que seu semelhante queria fazer, e se ele sentia inclinação para ser curandeiro, tinha apenas que insinuar-se junto a algum indivíduo já eminente naquela profissão e assim, no devido tempo, conseguir seus poderes de magia. Se fosse um homem de talento excepcional, podia inventar algum aperfeiçoamento em armas, ou alguma nova

técnica na caçada. Isto não o poria em oposição à comunidade, mas, pelo contrário, seria bem vindo. O homem moderno leva uma vida diferente. Se ele canta na rua, dirão que está bêbedo, e se dançar no meio da rua um guarda vira repreendê-lo por interromper o tráfego. Sua jornada de trabalho, a menos que tenha muita sorte, é ocupada de um modo inteiramente monótono em produzir alguma coisa que tenha valor, não, como o escudo de Aquiles, como uma bela obra-prima, mas sobretudo por sua utilidade. Quando bate a hora, ele não pode, como o Pastor de Milton, "fazer confidências sob o espinheiro branco do vale", porque quase nunca existe um vale perto de onde ele resida, ou, se houver, estará cheio de latas. E sempre, em nosso ordenado modo de vida, ele está obcecado pelas preocupações com o dia de amanhã. De todos os preceitos dos Evangelhos, aquele que os cristãos mais desprezam e o mandamento para que não cuidem do dia de amanhã. Se ele for prudente, pensar no dia de amanhã pode salvá-lo; se for Imprudente, tornar-se-á apreensivo quanto a não ter condições de pagar suas dívidas. Em qualquer hipótese, a hora de ir para casa perde seu sabor. Tudo é organizado nada é espontâneo. Os nazistas organizaram a "Robustez pela Alegria", mas alegria prescrita pelo governo não deve ser muito aprazível. Naqueles que possam acaso ter ambições meritórias, o efeito da centralização é trazê-los à competição com um número demasiado grande de rivais, e submetê-los a um padrão indevidamente uniforme de gosto. se queremos ser um pintor não nos contentaremos em nos equiparar com homens que tenham desejos semelhantes em nossa cidade, mas iremos a uma escola de pintura numa cidade grande onde provavelmente concluiremos que somos medíocres, e tendo chegado a esta conclusão podemos ficar tão deprimidos a ponto de jogar fora os pincéis e viver para ganhar dinheiro ou beber, porque certo grau de autoconfiança é essencial para a realização. Na Itália do Renascimento poderíamos ter pensado em ser pintores em Siena, e esta situação seria perfeitamente digna de louvor. Mas hoje não nos satisfaríamos em adquirir o devido preparo numa cidade pequena e nos equiparar a nossos vizinhos. Sabemos em demasia e sentimos demasiado pouco. Pelo menos sentimos demasiado pouco daqueles sentimentos criativos de que uma vida boa surge. Com relação ao que é importante somos passivos; quando estamos ativos, cuidamos de trivialidades.

Se a vida quiser ser salva do tédio que só se alivia com catástrofes, devem ser encontrados meios de restaurar a iniciativa individual não apenas nas coisas banais, mas nas coisas realmente importantes. Não quero com isso dizer que devemos destruir aquelas partes da organização moderna de que depende a própria existência de amplas populações, mas o que quero dizer é que a organização deve ser muito mais maleável, mais aliviada pela autonomia local e menos opressiva ao espírito humano em sua vastidão impessoal do que se tornou por obra de seu crescimento e centralização insuportavelmente rápidos, com o que os nossos modos de pensar e de sentir não têm sido capazes de acertar o passo.

O CONFLITO ENTRE A TECNOLOGIA E A NATUREZA HUMANA

O homem difere dos outros animais de muitos modos. Um deles é que ele está disposto a empreender atividades em si desagradáveis porque são meios para fins desejados. Os animais fazem coisas que, do ponto de vista do biólogos parecem ser trabalho para atingir um propósito: Os pássaros fazem ninhos, os castores constroem diques. Mas os animais fazem essas coisas por instinto, porque têm um impulso para fazê-las, e não porque tenham consciência de que são úteis. Eles não praticam o autocontrole, não sabem o que é prudência e previsão, nem restringem impulsos pela força da vontade. Os seres humanos fazem todas essas coisas. Quando se excedem nessas coisas forçando a natureza, sofrem um castigo psicológico. Parte dessa punição é inevitável num modo de vida civilizado, mas muito dela é desnecessária, e poderia ser banida por um tipo diferente de organização social.

O homem primitivo tinha pouco desse conflito entre os meios e impulsos. A caça, o combate, a procriação eram necessários para a sobrevivência e progresso evolucionário, mas esta não era a sua razão para empreender essas atividades: ele se dedicava a elas porque lhe davam prazer. A caça tornou-se, com o passar do tempo, um divertimento dos ricos ociosos; perdeu sua utilidade

biológica, mas continuou prazerosa. A luta, do tipo simples, imediatamente inspirada pelo impulso, só é permitida agora a escolares, mas a combatividade continua, e, se impedida uma válvula de escape melhor, encontra sua mais importante expressão na guerra.

O homem primitivo, porém, não estava inteiramente isento de atividades que sentisse serem úteis mais que intrinsecamente atraentes. Num estágio muito primitivo da evolução humana a fabricação de instrumentos de pedra teve início, e assim inaugurava o longo desenvolvimento que conduziu até o atual complicado sistema econômico. Mas nos inícios da Idade da Pedra é possível que o prazer da criação artística e do futuro aumento de poder se difundisse pelos estágios laboriosos do trabalho. Quando a caminhada dos meios aos fins não é muito longa, os próprios meios são desfrutados se o fim é ardorosamente desejado. Um menino se cansa subindo ao topo do tobogã pelo prazer de uns breves momentos durante a descida; ninguém precisa instá-lo a que se dê ao trabalho de subir, e embora ele possa cansar e resfolegar, ainda estará feliz. Mas se em vez da recompensa imediata nós lhe prometemos uma aposentadoria aos setenta anos, sua energia rapidamente esmorecerá.

Esforços muito mais longos que os do menino no tobogã podem ser inspirados por um impulso criativo, e ainda continuar espontâneos. Um homem pode passar anos na trabalhadeira, no perigo e na miséria, fazendo tentativas para escalar o Everest ou atingir o Pólo Sul, ou fazer um descobrimento científico, e viver todo esse tempo em harmonia com seus impulsos tanto quanto o menino do tobogã, desde que ele deseje ardentemente o fim em vista e tenha orgulho em superar obstáculos. Como dizia o índio, "há glória nisto".

O aparecimento da escravidão deu início ao divórcio do propósito do trabalho e os propósitos do trabalhador. As pirâmides foram construídas para a glória dos faraós; os escravos que as fizeram não compartilharam da glória, e trabalharam apenas por medo da vergasta do capataz. Também a agricultura, quando praticada pelos escravos ou servos, não trazia satisfação imediata aos que faziam o trabalho; sua satisfação consistia apenas em estar vivos e, com um pouco de sorte, livres da dor física.

Nos tempos modernos antes da Revolução Industrial, a diminuição da servidão e o aumento dos ofícios aumentou o número dos trabalhadores que eram seus próprios patrões, e que podiam, portanto, desfrutar algum orgulho do que produziam. Foi esse estado de coisas que ensejou o tipo de democracia defendido por Jefferson e a Revolução Francesa, que reuniu um vasto número de produtores mais ou menos independentes, em contraposição às imensas organizações econômicas que a tecnologia moderna criou.

Vejamos o caso de uma grande fábrica, por exemplo, que fabrique automóveis. O propósito da organização é fabricar automóveis, mas o propósito dos operários é receber salários. Subjetivamente, não há qualquer propósito *comum*. O propósito unificador só existe para proprietários e gerentes, e pode estar completamente ausente na maioria dos que fazem o trabalho. Alguns podem orgulhar-se da qualidade dos carros produzidos, mas a maioria, através de seu sindicato, está sobretudo interessada nos salários e na jornada de trabalho.

Em apreciável grau, esse mal é inseparável da mecanização combinada com o tamanho grande. Devido à mecanização, ninguém faz uma grande parte do carro, mas apenas uma pequena parcela de alguma peça; grande quantidade do trabalho exige pouca perícia, e é completamente monótono. Devido à grande dimensão, a turma que coletivamente fabrica um carro não tem unidade e não há senso de solidariedade entre os operários e a gerência. Há solidariedade entre os operários e pode haver solidariedade na administração. Mas a solidariedade dos trabalhadores não tem relação alguma com o produto; ela tem em vista o aumento dos salários e a diminuição da jornada. A administração pode ter orgulho do produto, mas quando uma indústria está inteiramente comercializada verifica-se uma tendência a pensar apenas no lucro, que pode, não raro, ser conseguido mais facilmente pela publicidade do que pelo aperfeiçoamento do produto acabado.

Dois coisas vieram a diminuir o orgulho na manufatura. A primeira foi a invenção do dinheiro; a segunda foi a produção em massa. O dinheiro levou à valorização de um artigo por seu preço, o que é algo não intrínseco, mas uma abstração partilhada com outras mercadorias. As coisas que

não são feitas para ser trocadas podem adquirir valor pelo que são, e não pelo que irão comprar. Os jardins das casas de campo nas aldeias dos condados são em geral apazíveis e podem ter custado muito trabalho, mas não pretendem proporcionar qualquer recompensa financeira. Os trajes camponeses, hoje raros a não ser para agradar turistas, foram feitos em artesanato doméstico, e não tinham preço. Os templos da Acrópole e as catedrais da Idade Média não foram construídos com vistas a lucro monetário, e não são trocáveis por qualquer coisa. Muito paulatinamente, a economia monetária substituiu uma economia em que os objetos eram produzidos para uso do produtor, e esta mudança fez com que as mercadorias fossem consideradas úteis em vez de desfrutáveis.

A produção em massa levou esse processo ainda além. Admitamos que somos fabricantes de botões: por mais excelentes que nossos botões possam ser, não precisamos mais que uns poucos para nosso uso. Todos os demais nós trocamos por alimento e habitação, um carro e educação dos filhos, etc. Essas várias coisas não têm nada a ver com botões a não ser uma relação monetária. E nem mesmo é o valor monetário dos botões o que nos importa: o importante é o *lucro*, isto é, o excesso do seu valor de venda sobre o custo de produção, o que pode ser aumentado pela diminuição de sua qualidade intrínseca. De fato, uma perda de qualidade intrínseca em geral ocorre quando métodos mais primitivos de produção são substituídos pela produção em massa.

Verificam-se duas conseqüências da organização moderna, além das já mencionadas, que tendem a diminuir o interesse do produtor no produto. Uma é o distanciamento do ganho a esperar do trabalho; a outra é o divórcio de gerência e trabalhador.

O distanciamento do ganho consiste nisto: admitamos que estamos trabalhando no momento em alguma peça qualquer da fabricação de uma mercadoria para exportação, por exemplo, de um automóvel. Dizem-nos, com muita ênfase, que a exportação é necessária a fim de que possamos comprar alimentos no exterior. O alimento extra que é comprado como resultado do nosso trabalho não nos vem pessoalmente, mas é dividido entre quarenta milhões ou mais de pessoas que habitam a Inglaterra. Se faltamos ao trabalho um dia, não há dano visível à economia nacional. Só por um esforço intelectual podemos perceber em que nossa ausência causa um mal, e só por um esforço moral trabalhamos mais que o necessário para conservar o emprego. Tudo é completamente diferente quando a necessidade é premente e óbvia, como, por exemplo, num naufrágio. Num naufrágio a tripulação obedece ordens sem necessidade de raciocinar, porque há um propósito comum imediato, e os meios de sua realização não são difíceis de compreender. Mas se o capitão do navio fosse obrigado, como o governo, a explicar os princípios da circulação monetária a fim de provar que suas ordens são justas, o navio iria para o fundo antes que terminasse de falar.

O divórcio entre a gerência e o trabalhador tem dois aspectos, um dos quais é o conhecido conflito entre capital e trabalho; o outro é um problema de ordem mais geral que aflige todas as grandes empresas. Não pretendo tratar do conflito entre trabalho e capital, mas apenas do distanciamento do governo, seja numa organização econômica e política, seja no capitalismo ou no socialismo, que é um tema menos trivial e que merece consideração.

Conquanto a sociedade possa ser organizada, há inevitavelmente grande área de conflito entre o interesse geral e o interesse desta ou daquela seção. A alta do preço do carvão pode ser vantajosa para a indústria do carvão e permitir um aumento dos salários dos mineiros, mas é desvantajosa para todo o restante da população. Quando os preços das matérias-primas e dos salários são determinados pelo governo, toda decisão nesses assuntos deve desagradar a alguém. O tipo de considerações que as autoridades fazem é de caráter tão geral, e são aparentemente

tão distantes dos interesses da vida diária do trabalhador, que é difícil perceber até que ponto uma coisa tem a ver com a outra. Uma vantagem concentrada é sempre mais prontamente compreensível que uma desvantagem diluída. E por esse tipo de argumento que os governos acham difícil enfrentar a inflação, e que, quando o fazem, tornam-se impopulares. Um governo que atue verdadeiramente no interesse do público em geral corre o risco de ser julgado pelos setores em particular como se estivesse perversamente esquecendo aqueles interesses setoriais. Trata-se de um tipo de dificuldade que, numa democracia, tende a aumentar com o aumento em

intensidade do controle governamental.

Além do mais, seria indevidamente otimista esperar que os governos, mesmo que democráticos, farão sempre: o que é melhor no interesse público. Falei anteriormente de alguns dos males ligados à burocracia. Pretendo agora discorrer sobre aqueles males implicados na relação entre o funcionalismo e o público. Numa comunidade altamente organizada, aqueles que exercem funções públicas, desde os ministros até os pequenos chefes de escritórios locais, têm seus próprios interesses particulares, que de modo algum coincidem com os da comunidade. Dentre esses o amor ao poder e a aversão ao trabalho são os principais.. O funcionário público que diga "não" a um projeto satisfaz ao mesmo tempo seu prazer em exercer autoridade e sua pouca inclinação para o esforço. E assim dá a impressão de ser inimigo daqueles a quem ele deve servir, e até certo ponto o é.

Tomemos como exemplo as medidas necessárias para contornar uma eventual falta de alimento. Se possuímos uma pequena propriedade territorial, a dificuldade em obter alimento pode levar-nos a trabalhar duramente se nos for permitido utilizar nosso produto para suplementar nossas rações. Mas a maioria das pessoas deve comprar seu alimento, a menos que se dedique à agricultura. No *laissez-faire*, os preços subiriam, e todos, exceto os ricos,.. ficariam sem poder comprar alimentos. Mas embora isto seja verdade, poucos de nós somos devidamente gratos pelos serviços das senhoras em departamentos de alimentação, e ainda raríssimas delas deixarão de exibir cansaço e aborrecimentos por mais gentis que apareçam ao público. Para o público, elas parecerão, embora injustamente, verdadeiras déspotas ignorantes; para essas senhoras, o público parece cansativo, bulhento e grosso, sempre perdendo coisas e mudando de endereço. Não é fácil perceber como, em outras situações, se possa estabelecer uma harmonia verdadeira entre o governo e os governados.

Os meios até aqui descobertos de produzir uma harmonia parcial entre os sentimentos particulares e o interesse público estão sujeitos a objeções de várias espécies.

O recurso harmonizador mais fácil e mais evidente é a guerra. Numa guerra difícil, quando a preservação nacional está em risco, é fácil induzir todos a trabalhar com vontade, e se o governo é julgado competente suas ordens são prontamente obedecidas. A situação é semelhante à do naufrágio. Mas ninguém iria preconizar naufrágios para favorecer a disciplina naval, e não podemos preconizar guerras sob fundamento de que ensejam unidade nacional. Sem dúvida, algo parecido se pode obter pelo *medo* da guerra, mas se o medo da guerra for agudo e durar muito tempo, seguramente resultará numa guerra de fato, e conquanto promova a unidade nacional pode causar também tanto fraqueza como histeria.

A competição, onde existe, é um incentivo extremamente poderoso. Ela tem sido geralmente proclamada pelos socialistas como uma das piores coisas na sociedade capitalista, mas o governo soviético reabilitou-a, concedendo-lhe importante lugar na organização da indústria. Os métodos de Stakhanovite, em que certos trabalhadores recebem recompensas por eficiência excepcional, enquanto outros são punidos por falhas, são um revigoramento do sistema de tarefa contra o qual os sindicatos lutaram com energia e sucesso. Não tenho dúvida alguma de que esses sistemas têm na Rússia os méritos antigamente defendidos pelos capitalistas, e os deméritos postos em relevo pelos sindicatos. Como solução para os problemas psicológicos eles são certamente inapropriados.

Mas não obstante a competição, sob muitos aspectos, seja seriamente discutível, tem, a meu ver, um papel essencial a desempenhar na promoção do esforço necessário, e em alguns setores proporciona uma válvula de escape relativamente inofensiva aos impulsos que de outra maneira conduziriam à guerra. Ninguém iria preconizar a abolição da competição nos jogos. Se dois clubes de futebol até este momento rivais num campeonato, sob influência do amor fraterno, decidirem cooperar de modo a que um faça agora um gol e deixe o outro fazer um gol logo em seguida, isto não fará a felicidade nem dos jogadores nem do público. Nem há razão para que o ardor na competição deva limitar-se às competições desportivas e atléticas. A rivalidade entre equipes, localidades ou organizações pode ser um incentivo proveitoso. Mas para que a competição não se torne selvagem ou prejudicial, a penalidade pelo fracasso não deve ser a catástrofe, como na

guerra ou na miséria, como na competição econômica não controlada, mas apenas na perda da glória. O futebol não seria um esporte tão apreciado se os jogadores fossem condenados à morte ou abandonados para morrer de fome.

Ultimamente, na Inglaterra, fez-se corajosa tentativa de apelar para o senso do dever. No momento, a austeridade é inevitável, e o aumento da produção é a única saída. Isto é inegável, e um apelo desse tipo é sem dúvida necessário numa época de crise. Mas o senso do dever, por valioso e indispensável que seja em certas ocasiões, não constitui solução permanente, e é bem provável que não tenha êxito por um prazo muito longo. Ele implica um senso de esforço, uma constante resistência aos impulsos naturais que, se continuada, deve ser cansativa e responsável pela redução de energia natural. Se instado, não como a singela ética tradicional dos Dez Mandamentos, mas mediante complicados fundamentos econômicos e políticos, a monotonia levará ao ceticismo quanto aos argumentos invocados, e muitas pessoas ficarão indiferentes ou adotarão alguma teoria falsa insinuando que haja uma pausa para a prosperidade. Os homens podem ser estimulados pela esperança ou subjugados pelo medo, mas esperança e medo devem ser intensos e imediatos para que sejam eficazes sem causar monotonia.

É em parte por esta razão que a propaganda histórica, ou pelo menos a propaganda com vistas a causar histeria, tem influência tão difundida no mundo moderno. As pessoas estão cientes de que, de modo geral, suas vidas diárias são afetadas por coisas que acontecem em partes distantes do mundo, mas não possuem conhecimento para compreender como isto acontece, exceto no caso de pequeno número de especialistas. Por que não há arroz? Por que as bananas são tão raras? Por que aparentemente os bois deixaram de ter rabos? Se culpamos a Índia, ou a burocracia, ou o sistema capitalista, ou o Estado socialista, impomos às mentes das pessoas um demônio mítico personificado a quem é fácil odiar. Em toda infelicidade é impulso natural procurar um inimigo a quem culpar; os selvagens atribuem todas as doenças a magia hostil. Toda vez que as causas dos nossos problemas são demasiado difíceis de compreender, tendemos a recuar a essa espécie primitiva de explicação. Um jornal que nos ofereça um vilão a odiar é muito mais contundente do que o periódico que entra nos pormenores intrincados da queda do dólar. Os sofrimentos dos alemães após a primeira guerra mundial fizeram com que muitos deles se persuadissem de que os judeus deviam ser culpados de sua desgraça.

O apelo ao ódio a um pretense inimigo como explicação de tudo o que é penoso em nossas vidas é em geral destrutivo e catastrófico; ele estimula energia instintiva primitiva, mas de modo que os efeitos decorrentes sejam desastrosos. Há várias maneiras de diminuir a força dos apelos ao ódio. A melhor maneira, evidentemente, quando é possível, é sanar os males que nos fazem procurar um inimigo como bode expiatório. Quando isso não é possível, pode ser que se consiga difundir amplamente uma perfeita compreensão das causas que estão produzindo nossa infelicidade. Mas isto é difícil na medida em que há poderosas forças na política e na imprensa que se reproduzem pelo estímulo à histeria.

Não acho que a infelicidade, por si mesma, produza o tipo de ódio histórico que levou, por exemplo, ao surgimento do nazismo. Tem que haver um sentido de frustração como também de desgraça. Uma família suíça do tipo Robinson, tendo muito o que fazer em sua ilha, não perderá tempo com ódio. Mas numa situação mais complicada as atividades que sejam de fato necessárias podem ser muito menos capazes de fazer um apelo imediato aos indivíduos. Na difícil situação atual da economia nacional inglesa, todos sabemos o que é necessário: aumento na produção, diminuição do consumo e estímulo às exportações. Mas, no caso, trata-se de questões amplas, não muito visivelmente relacionadas com o bem-estar de homens e mulheres em particular. Se as atividades necessárias com base em argumentos tão remotos tiverem que ser executadas com vigor e zelo, devem-se vislumbrar meios de criar alguma razão imediata para obter o que a economia nacional exige. Isto, a meu ver, exige delegação de poderes, e oportunidades para ação mais ou menos independente de indivíduos ou de grupos que não sejam muito grandes.

A democracia, tal como existe nos Estados modernos, não oferece âmbito adequado para iniciativa política a não ser para uma escassa minoria. Estamos acostumados a observar que aquilo que os gregos chamavam "democracia" falhava pela exclusão de mulheres e escravos nas votações de interesse público, mas nem sempre compreendemos que em alguns aspectos era mais

democráticas do que qualquer coisa possível quando a área governamental é extensa. Todo cidadão podia votar em cada assunto; ele não tinha que delegar seu poder a um representante. Ele podia eleger funcionários executivos, inclusive gerais, e podia condená-los se viessem a desagradar à maioria. O número de cidadãos era bastante pequeno para que ele compreendesse o valor de seu voto, e que sua decisão podia ter influência decisiva ao comunicá-la a um conhecido. Não estou insinuando que este sistema era bom no todo; na verdade ele tinha desvantagens muito sérias. Mas quanto a conceder iniciativa individual ele era imensamente superior a qualquer coisa que exista no mundo moderno.

Vejamos, à guisa de ilustração, a relação entre um contribuinte comum e um almirante. Os contribuintes, coletivamente, são empregadores do almirante. Seus representantes no Parlamento votam seu imposto, e escolhem o governo que sanciona a autoridade que nomeia o almirante. Mas se o contribuinte, individualmente, tivesse a pretensão de assumir para com o almirante a atitude de autoridade que é costume nas relações entre patrão e empregado, imediatamente seria reduzido à sua condição. O almirante é um grande homem, afeito ao mando, é uma autoridade; o contribuinte comum não é nada disso. Em grau menor acontece a mesma coisa com o serviço público. Mesmo que desejemos simplesmente registrar uma carta no correio, o funcionário postal está numa situação de poder momentâneo. Ele pode, no mínimo, nos atender quando bem entender. Se quisermos alguma coisa mais complicada que registrar uma carta, ele pode, se estiver de mau humor, causar-nos indizíveis aborrecimentos; pode nos mandar a outro funcionário ou outra seção; voltar ao primeiro que nos atendeu; voltar outro dia; etc. Isto tudo não obstante ser "servidor" público. O votante comum, na medida em que compreenda que é a fonte de poder de todo o exército, marinha, polícia, serviço público etc., sente-se seu humilde súdito, cujo dever é, como os chineses costumavam dizer, "tremar e obedecer". Na medida em que o controle democrático é remoto e raro, enquanto a administração pública é centralizada e a autoridade é delegada a partir de um centro para a periferia, esse sentido de impotência individual ante os poderes quaisquer é muito difícil de evitar. E no entanto, deve ser evitado para que a democracia seja uma realidade sentida e não meramente uma palavra vazia na máquina governamental.

A maioria dos males de que vimos tratando nesta conferência não é novidade alguma. Desde os albores da civilização, a maioria das pessoas em comunidades civilizadas tem levado uma existência cheia de infelicidades. Glória, aventura, iniciativa têm sido sempre privilégio de poucos, enquanto para a multidão a vida tem consistido de trabalhadeira sem fim, acompanhada de acasos de crueldade atroz. Mas as nações do Ocidente, primeiro, e aos poucos todo o mundo, despertaram para um novo ideal. Já não mais nos contentamos em que uns poucos devam desfrutar todas as coisas boas da vida enquanto a maioria passe privações e infelicidades. Os males dos primeiros anos do industrialismo causaram um frêmito de horror que não teriam causado na época romana. A escravidão foi abolida porque se percebeu que nenhum ser humano devia ser considerado meramente como instrumento para a prosperidade de outro. Não mais pretendemos, pelo menos em teoria, defender a exploração de raças de cor pelos conquistadores brancos. O socialismo foi inspirado pelo desejo de diminuir o fosso entre ricos e pobres. Em todos os sentidos, tem havido uma revolta contra a injustiça e a desigualdade, e um mal-estar na construção de uma esplendorosa superestrutura sobre a base do sofrimento e da degradação.

Esta nova crença é hoje tão geralmente aceita sem discussão que não se compreende o quanto é revolucionária na longa história da humanidade. Nesta perspectiva, os últimos cento e sessenta anos aparecem como uma revolução contínua inspirada por esta idéia. Como todas as novas crenças influentes, é incômoda e exige ajustamentos difíceis. Há um perigo – como houve com outros evangelhos – de que Os meios se confundam com os fins, resultando em que os fins sejam esquecidos. Há um risco de que, na procura da igualdade, as coisas boas, difíceis de serem distribuídas uniformemente, venham a não ser admitidas como boas. Algumas sociedades injustas do passado davam Oportunidade a uma minoria que, se não tomarmos cuidado, a nova sociedade que procuramos edificar não dará a ninguém. Quando falo dos males dos dias atuais, faço-o, na verdade, não para sugerir que sejam maiores que os males do passado, mas apenas para assegurar que o que era bom no passado deve ser legado ao futuro, tanto quanto possível sem prejuízo na transição. Mas para que se consiga isto, algumas coisas, que tendem a ser esquecidas nos panfletos da Utopia, devem ser lembradas.

Entre as coisas que mais correm o perigo de ser desnecessariamente sacrificadas em favor da igualdade democrática, talvez a mais importante seja O auto-respeito. Por auto-respeito entendo a parte boa do orgulho que é chamada "amor próprio". A parte má é o sentido de superioridade. O auto-respeito livrará o homem de ser objeto quando em poder de inimigos, e permitirá que se sinta com razão quando o mundo estiver contra ele. Se um homem não tem esta qualidade, se sentir que a opinião da maioria, ou a opinião governamental, deve ser considerada como infalível, e se generalizaram modos semelhantes de sentir, tanto o progresso moral como intelectual serão impossíveis.

O auto-respeito tem sido até aqui, inevitavelmente, virtude de uma minoria. Sempre que haja desigualdade de força, não é provável que se o encontre entre Os que estão sujeitos ao domínio de outros. Um dos aspectos mais revoltantes das tiranias é o modo pelo qual elas levam as vítimas da injustiça a lisonjarem aqueles que as maltratam. Os gladiadores romanos saudavam os imperadores quando metade deles estava prestes a ser massacrada para divertimento do público. Dostoiévski e Bakunin, quando presos, tenderam a pensar bem do Tzar Nicolau. Aqueles que são liquidados pelo governo soviético muito freqüentemente fazem uma abjeta confissão de culpa, enquanto os que escapam aos expurgos de bom grado fazem viscosas lisonjas e não é raro que denunciem companheiros. Um regime democrático deverá evitar essas formas rudes de auto-aviltamento, e *poderá* dar oportunidade total para a preservação do auto-respeito. Mas é *possível* que faça exatamente o contrário.

Uma vez que o auto-respeito, no passado, limitou-se principalmente a uma minoria privilegiada, pode ser facilmente subestimado por aqueles que estejam em Oposição a uma oligarquia estabelecida. E aqueles que acreditam que a voz do povo é a voz de Deus podem inferir que qualquer opinião fora do comum ou gosto peculiar sejam quase como uma forma de pecado, e devam ser encarados como rebelião culposa contra a legítima autoridade do rebanho. Isto só será evitado se a liberdade for tão valorizada quanto a democracia, e se compreendermos que uma sociedade em que cada um seja escravo de todos é apenas pouco melhor que uma em que cada um seja escravo de um déspota. Há igualdade onde todos são escravos, assim como onde todos são livres. Isto mostra que a igualdade, por si, não é bastante para constituir uma sociedade boa.

Talvez o mais importante problema de uma sociedade industrial, e certamente um dos mais difíceis, é o de fazer com que o trabalho seja interessante, no sentido de não ser mais *simplesmente* um meio para obtenção de salários. Trata-se de um problema que surge sobretudo em relação ao trabalho não qualificado. O trabalho difícil tende a ser atrativo para aqueles que tenham condições de executá-lo. As palavras cruzadas e o jogo de xadrez têm intima semelhança com certos tipos de trabalho especializado, e no entanto muitas pessoas despendem esforços neles, simplesmente por prazer. Mas com o aumento da maquinaria verifica-se contínuo aumento na proporção de trabalhadores cuja função é inteiramente monótona e absolutamente fácil. O professor Abercrombie, em seu *Greater London Plan, 1944*, observa, de passagem e sem ênfase, que a maioria das indústrias modernas não exige quaisquer atividades especializadas e que portanto não precisam instalar-se em distritos em que existam ofícios tradicionais. Diz ele: "A natureza do trabalho moderno não mais acentua a dependência em relação a um ofício determinado, visto que o novo tipo de trabalho exige relativamente pouca habilitação, mas alto grau de constância e exatidão, qualidades estas que podem ser encontradas quase em toda parte nas classes trabalhadoras de hoje."

"Constância" e "exatidão" são certamente qualidades muito úteis, mas, se são tudo o que o trabalho exige de uma pessoa, não é provável que ela venha a considerar seu trabalho interessante, e é bem certo que as satisfações que a vida lhe deve proporcionar estejam longe do local de trabalho e fora das suas jornadas. Não creio que isto seja inteiramente inevitável, mesmo quando o trabalho seja por sua natureza monótono e desinteressante.

A primeira condição é restituir ao trabalhador algo dos sentimentos de propriedade do trabalho feito, tal como havia na época da produção artesanal. A propriedade pessoal de um trabalhador não é possível na prática quando se trata de maquinaria, mas deve ser possível assegurar o tipo de orgulho associado com o sentimento de que se trata de "meu" trabalho, ou pelo menos "nosso" trabalho, quando esse "nosso" se referir a um pequeno grupo em que todos se conheçam uns aos

outros e onde haja um ativo senso de solidariedade. Isto não se consegue com a nacionalização, que distancia os administradores e funcionários em relação aos trabalhadores tanto quanto esse distanciamento existe no regime capitalista. O que se impõe é a democracia local em pequena escala em todos os assuntos internos; chefes de turma e gerentes devem ser eleitos por aqueles sobre quem devam ter autoridade.

O caráter de impessoalidade e de distanciamento dos que têm autoridade nos empreendimentos industriais é fatal para qualquer interesse patronal por parte do empregador comum. A *Revolução Gerencial*, de Burnham, apresenta um quadro longe de lisonjeiro das possibilidades de um futuro próximo. Se quisermos evitar o medonho mundo que ele profetiza, a primeira coisa a fazer é democratizar o gerenciamento. Este assunto é tratado admiravelmente no livro *Livre Expressão na Indústria*, de James Gillespie, e nada melhor que citá-lo aqui. Diz ele:

"Verifica-se um sentimento de frustração quando um indivíduo ou um grupo tem um sério problema e não pode encaminhá-lo a consideração de superiores. Na burocracia industrial ocorre o mesmo que no serviço público: há as mesmas delongas, a dependência de X ou Y, o estabelecimento de normas e o mesmo sentimento de desamparo e frustração. 'Se dependesse só do chefe, ele saberia, ele providenciaria...' Este desejo de ir aos superiores é muito real e muito importante. A reunião mensal dos representantes dos grupos de empregados não é destituída de valor, mas não é um sucedâneo eficaz para as relações diretas entre patrão e empregado. Não resolve esta situação quando um chefe de seção ou um operário vai ao chefe de departamento com um problema e este, carente de autoridade, por não ser sua a seção, nada mais faz do que passar o assunto ao superintendente. Este, por sua vez, passa-o ao administrador geral que o anota na agenda para a próxima reunião. Ou então o assunto passa para o departamento do bem-estar, um grande departamento de uma grande empresa, e um substituto do gerente do bem-estar ou do pessoal, ele mesmo sendo um substituto para a função do diretor gerente ou proprietário, para que trate do assunto ou o passe adiante.

Numa grande empresa há mais que um sentimento de frustração; verifica-se um sentimento peculiar de carência de sentido do trabalho feito pelos trabalhadores comuns. Eles pouco sabem do significado de sua função nas operações globais da empresa. Eles não sabem realmente quem é seu patrão; nem sempre sabem quem é o gerente geral, e com muita freqüência nunca ouviram falar do gerente administrativo. Para eles, o gerente de vendas, o gerente de custos, o gerente do planejamento, o chefe do departamento do pessoal e muitos outros são apenas pessoas que ganham bem e trabalham pouco. Eles nada têm a ver com eles, eles não pertencem ao seu grupo."

A democracia, tanto na política como na indústria, não é uma realidade psicológica na medida em que o governo ou a gerência sejam considerados como "eles", um grupo distante que tem seus privilégios e que é natural se considerar com hostilidade – uma hostilidade que é impotente a menos que assuma a forma de rebelião. Na indústria, como observa Gillespie, muito pouco se fez nesse sentido, e a gerência é, com raras exceções, francamente monárquica ou oligarquia. É um mal que, se não for contornado, tende a aumentar com o aumento no tamanho das organizações.

Desde que teve início a história, a maior parte da humanidade tem vivido sob o peso da miséria, sofrimento e crueldade, e sente-se impotente sob o tacão de poderes hostis ou friamente impessoais. Esses males não mais são necessários para a existência da civilização; podem ser afastados graças à ciência moderna e à tecnologia moderna, desde que ciência e tecnologia sejam utilizadas com espírito humanitário e com adequada compreensão dos móveis da vida e da felicidade. Sem essa compreensão, podemos inadvertidamente criar uma nova prisão, talvez justa, visto que ninguém terá o privilégio de viver fora dela, mas monótona e triste, e espiritualmente morta. Examinarei nas duas últimas conferências como evitar essa catástrofe.

adendo, após a conferência, para esta publicação.

Interessante e doloroso exemplo da decadência da qualidade na fabricação mecanizada moderna é dado pela indústria escocesa de lá tecida a duas cores. Os tecidos feitos a mão, universalmente

reconhecidos pela excelente qualidade, há muito eram produzidos na Escócia, Hébridas e nas ilhas Orkney e Shetland, mas a concorrência com as máquinas de tecer abalou profundamente os artesãos da produção manual, e o imposto de compra, de acordo com os debates em ambas as Casas do Parlamento, está dando o golpe de misericórdia. O resultado é que Os artesãos que não mais podem viver do seu ofício são obrigados a abandonar as ilhas e a Escócia para irem viver nas cidades ou. mesmo emigrar.

Comparando o ganho econômico a curto prazo de um. imposto sobre compra que proporciona de um milhão a. um milhão e quinhentas mil libras esterlinas por ano, temos perdas a longo prazo dificilmente calculáveis.

Em primeiro lugar, há a perda, além da que já sofremos na cega e voraz euforia da Revolução Industrial, de uma especialidade local e tradicional, que proporcionava a quem se dedicava a ela a alegria do ofício e um modo de vida que,. embora duro, dava orgulho e auto-respeito, juntamente com a alegria da realização, mediante imaginação e esforço, em circunstâncias difíceis e arriscadas.

Em segundo lugar, a diminuição da qualidade intrínseca do produto, tanto estética como utilitária.

Em terceiro lugar, esse assassinato da indústria local agrava a tendência ao crescimento incontrolado das cidades, que estamos tentando evitar em nosso planejamento urbano nacional. Os tecelões independentes tornam-se unidos num vasto formigueiro humano medonho e insalubre. Sua segurança econômica não mais depende de sua própria perícia e das forças da natureza. Perdeu-se numas poucas organizações grandes, na qual se um falha todos falham, e as causas do fracasso não podem ser compreendidas.

Dois fatores tornam esse processo – um microcosmo de Revolução Industrial – inexcusável a esta altura. Por um lado, diferentemente dos primeiros industriais, que não podiam perceber as conseqüências de seus próprios atos, sabemos dos males resultantes e conhecemos muito bem os seus efeitos. Por outro lado, esses males já não mais são necessários para o aumento da produção, ou para a elevação do nível de vida material do trabalhador. A eletricidade e o transporte moderno tornaram as pequenas unidades industriais não só economicamente possíveis como também desejáveis, visto que aliviam despesas em transporte e organização. Onde surja uma indústria rural, ela deve ser paulatinamente mecanizada, mas que permaneça no local e em pequenas unidades.

Naquelas regiões do mundo em que a industrialização ainda seja incipiente, existe ainda a possibilidade de evitar-se os horrores que experimentamos no passado. A Índia, por exemplo, é tradicionalmente uma terra de comunidades aldeãs. Seria uma verdadeira tragédia se esse modo tradicional de vida fosse subitamente substituído pelos imensos males do industrialismo urbano, na medida em que se aplicasse a pessoas cujo padrão de vida é ainda lamentavelmente baixo. Gandhi, tendo compreendido esses perigos, tentou recuar o tempo ao reviver a tecelagem manual em todo o continente. Ele estava certo pela metade, mas é insensatez rejeitar as vantagens que a ciência nos oferece; ao invés, eles deviam ter-se aproveitado dela com entusiasmo e se dedicado ao aumento da riqueza material, mantendo ao mesmo tempo aqueles privilégios simples de ar puro, de posição social numa pequena comunidade, de orgulho e responsabilidade do trabalho bem feito, que hoje são escassamente possíveis ao trabalhador numa grande cidade industrial. Os rios do Himalaia proporcionariam toda a energia hidrelétrica necessária para a paulatina mecanização das indústrias aldeãs da Índia e para a inestimável melhoria do bem-estar material, sem haver a catástrofe evidente da imundície industrial ou a perda e degradação mais sutis que resultam quando as tradições das áureas eras são rudemente rompidas.

CONTROLE E INICIATIVA: SEUS RESPECTIVOS DOMÍNIOS

Uma sociedade saudável e progressista exige tanto controle central como iniciativa individual e grupal: sem controle dá-se a anarquia, e sem iniciativa há estagnação. Nesta conferência desejo chegar a alguns princípios gerais. quanto a que assuntos devam ser controlados e quais devem ser deixados à iniciativa privada ou semiprivada.

Algumas das qualidades que devemos encontrar numa comunidade são em sua essência estáticas, enquanto outras são por sua própria natureza dinâmicas. Falando de um modo geral, qualidades estáticas são aquelas apropriadas para o controle governamental, ao passo que as qualidades dinâmicas devem ser promovidas pela iniciativa de indivíduos ou grupos. Mas para que essa iniciativa seja possível, e para que seja proveitosa em vez de destrutiva, precisam ser encetadas por instituições adequadas, e a salvaguarda dessas instituições terá de ser uma das funções do governo. É óbvio que num estado de anarquia não poderia haver universidades ou pesquisa científica, nem publicação de livros nem mesmo coisas simples como fins de semana à beira-mar. No nosso complexo mundo, não pode haver iniciativa proveitosa sem governo> mas infelizmente pode haver governo sem iniciativa.

Sugiro que os *principais* objetivos do governo sejam três: segurança, justiça e conservação. Trata-se de três coisas da maior importância para a felicidade humana, e que só o governo pode proporcionar. Ao mesmo tempo, nenhuma delas é absoluta; cada uma pode, em algumas circunstâncias, ter de ser sacrificada em certo grau em favor de certo grau maior de outra. Direi algo sobre cada uma delas separadamente.

Segurança,

no sentido de proteção da vida e da propriedade, tem sido sempre reconhecida como um dos propósitos principais do Estado. Muitos Estados, contudo, embora salvaguardando a obediência à lei pelos cidadãos, não pensaram necessário protegê-los contra o Estado. Onde quer que haja prisão por ordem administrativa, e punição sem processo justo, o cidadão não terá segurança, por mais firme que o Estado possa estar estabelecido. E mesmo a insistência na legalidade do julgamento é insuficiente, a menos que os juizes sejam independentes do executivo. Esta ordem de idéias veio a lume nos séculos XVII e XVIII sob o lema "liberdade do cidadão" ou "direitos do homem". Mas a "liberdade" e os "direitos" procurados só podiam ser garantidos pelo Estado, e só no caso de o Estado ser do tipo chamado "liberal". Foi só no Ocidente que esta liberdade e esses direitos foram obtidos.

Atualmente, para os habitantes dos países ocidentais, um tipo mais interessante de segurança é a segurança contra ataques por Estados hostis. É mais interessante porque não foi conseguida, e porque se torna mais importante ano após ano à medida que os métodos bélicos se aprimoram. Esta espécie de segurança só se tornará possível quando houver um único governo mundial com o monopólio de todas as principais armas de guerra. Não me estenderei sobre esse assunto, visto que se distancia um pouco do meu tema. Direi apenas, com a maior ênfase possível, que a menos e até que a humanidade tenha conseguido a segurança de um único governo para o mundo, tudo o mais de valor, seja de que espécie for, será precário, e poderá a qualquer momento ser destruído pela guerra.

A segurança econômica tem sido um dos mais importantes objetivos da legislação inglesa moderna. Seguro contra desemprego, contra doença e contra a pobreza na velhice afastou das vidas dos trabalhadores muito da penosa incerteza quanto a seu futuro. A segurança da saúde foi promovida por medidas que aumentaram grandemente a duração média de vida e diminuiu o índice de doença. Ao mesmo tempo, a vida nos países ocidentais, tirante a guerra, é muito menos perigosa do que era no século XVIII, e esta mudança deve-se sobretudo a vários tipos de controle governamental.

A segurança, embora indubitavelmente uma boa coisa, pode ser procurada em excesso e tornar-se um fetiche. Vida segura não significa necessariamente vida feliz; pode tornar-se lúgubre e tediosa, além de insípida. Muitas pessoas, sobretudo quando jovens, apreciam uma pitada de

aventura perigosa, e podem até mesmo achar alívio na guerra como uma válvula de escape da segurança monótona. A segurança em si é um objetivo negativo inspirado pelo medo; uma vida satisfatória deve ter um objetivo positivo e inspirado pela esperança. Este tipo de esperança aventureira implica risco e portanto medo. Mas o medo deliberadamente escolhido não é coisa má como o medo forçado a uma pessoa por circunstâncias externas. Não podemos, portanto, nos contentar apenas com segurança, ou imaginar que ela possa proporcionar a bem-aventurança perene.

Passemos agora à justiça.

A *justiça*, sobretudo a justiça econômica, converteu-se, modernamente, num propósito governamental. Ela veio a ser interpretada como igualdade de, exceto quando se julga que o mérito excepcional deva merecer recompensa excepcional conquanto ainda moderada. A justiça *política*, isto é, a democracia, tem sido almejada desde a Revolução Americana e a Revolução Francesa, mas a justiça *econômica* é ideal mais novo, e exige muito maior volume de controle governamental. O socialismo sustenta, corretamente, a meu ver, que esse tipo de justiça implica a propriedade estatal das indústrias-chave e considerável regulamentação do comércio externo. Os adversários do socialismo podem argumentar que a justiça custa demasiado caro, mas ninguém pode negar que, se quiser ser conseguida, será essencial que o volume de controle estatal da indústria seja bastante amplo.

Há, contudo, limites à justiça econômica que são, pelo menos tacitamente, reconhecidos até mesmo pelos seus mais ardorosos defensores ocidentais. Por exemplo, é da maior importância procurar meios de chegar-se à igualdade econômica pela melhoria da condição das partes menos felizes do mundo, não apenas porque se verifica imenso volume de infelicidade a ser aliviada, mas também porque o mundo não pode ser estável ou seguro contra guerras mundiais enquanto flagrantes desigualdades persistirem. Mas uma tentativa de ensejar igualdade econômica entre as nações ocidentais e do sudeste da Ásia, a não ser por métodos gradativos, arrastaria as nações mais prósperas ao nível das menos prósperas, sem qualquer vantagem apreciável para estas últimas.

A justiça, como a segurança, ainda que em grau cada vez maior, é um princípio sujeito a limitações. Há justiça onde todos sejam igualmente pobres assim como onde todos sejam igualmente ricos, mas parece inútil tornar os ricos mais pobres se isto não fizer com que os pobres se tornem mais ricos. O caso quanto à justiça é ainda mais grave se, na procura de igualdade, se estiver levando os pobres a serem mais pobres que antes. E isto poderia facilmente acontecer se estivesse em jogo um abaixamento geral do nível educacional e diminuição da pesquisa útil. Se não tivesse havido injustiça econômica no Egito e na Babilônia, a arte de escrever jamais teria sido inventada. Não há, porém, necessidade, com os modernos métodos de produção, de perpetuar a injustiça econômica nas nações industrialmente desenvolvidas a fim de promover o progresso nas artes da civilização. Existe apenas um perigo a se ter em mente, e não, como no passado, uma impossibilidade técnica.

Passo agora ao terceiro item: conservação.

A conservação,

como a segurança e a justiça, exigem ação do Estado. Entendo por "conservação" não apenas a manutenção de antigos monumentos e lugares aprazíveis, a manutenção de estradas, serviços públicos etc. Essas coisas são feitas atualmente, exceto em tempo de guerra. O que tenho em mente, sobretudo, é a manutenção dos recursos naturais do mundo. Trata-se de questão da maior importância, a que se tem dado pouca atenção. Durante os últimos 150 anos a humanidade tem exaurido as matérias-primas da indústria e do solo de que depende a agricultura e esse desperdício de capital natural tem continuado com velocidade crescente. Com relação à indústria o exemplo mais contundente é o petróleo. As reservas de petróleo disponíveis no mundo são desconhecidas, mas certamente não são ilimitadas; já a carência dele chegou a um ponto que ameaça o estouro de uma terceira guerra mundial. Quando o petróleo já não mais existir em quantidades grandes, muito terá que ser mudado em nosso modo de vida. Se tentarmos

substituí-lo por energia atômica, isto apenas contribuirá para exaustão das reservas disponíveis de urânio e tório. A indústria, tal qual existe no momento, depende fundamentalmente do gasto de capital natural, e não pode continuar por muito tempo nos seus gastos perdulários.

Mais grave ainda, de acordo com algumas autoridades, é a situação referente à agricultura, conforme exposta com grande ênfase por Vogt em seu livro *Road to Survival*. Exceto em poucas áreas favorecidas (das quais a Europa Ocidental é uma), os métodos vigentes de cultivo do solo rapidamente esgotam sua fertilidade. O aumento do pó de argila nos Estados Unidos é o melhor exemplo conhecido de um processo destrutivo que está em curso na maior parte do mundo. Como nesse ínterim a população aumenta, será inevitável uma escassez de alimentos dentro dos próximos 50 anos, a menos que drásticas medidas sejam tomadas. As medidas necessárias são conhecidas dos estudantes de agricultura, mas só os governos podem tomá-las, isto se estiverem dispostos e forem capazes de enfrentar a impopularidade. Trata-se de um problema que tem merecido pouquíssima atenção. E deve ser enfrentado por quem quiser que o mundo seja estável e isento de guerras atrozes. Guerras, de resto, que se forem facilitadas pela escassez de alimentos devem ser muito mais destrutivas do que as já sofridas por nós, visto que durante as duas últimas guerras mundiais a população do mundo aumentou. Esta questão da reforma agrária é talvez a mais importante que os governos do futuro próximo terão que enfrentar, só perdendo em prioridade para o problema de evitar-se a guerra.

Falei de segurança, justiça e conservação como as funções essenciais dos governos, porque são coisas que cabem apenas aos governos patrocinar. Não quero com isso dizer que os governos não tenham outras funções. Mas no principal, suas funções em outros domínios devem ser no sentido de estimular a iniciativa não oficial, e ensejar oportunidades para sua efetivação de modo benfazejo. Há formas de iniciativa anárquica e criminosas que não podem ser toleradas numa sociedade civilizada. Há outras formas de iniciativa, tais como a do inventor criativo, que todos reconhecem úteis. Mas existe uma ampla classe intermediária de inovadores de cujas atividades não se pode saber de antemão se os efeitos serão bons ou maus. É sobretudo em relação a essa classe incerta que se torna necessário insistir no ideal de liberdade para a experimentação, visto que essa classe abrange tudo o que tem havido de melhor na história das realizações humanas.

A uniformidade, que é a conseqüência natural do controle estatal, é desejável em algumas coisas e indesejável em outras. Em Florença, antes da época de Mussolini, havia um regulamento das estradas na cidade e uma norma contrária na região circunjacente. Esse tipo de diversidade era inconveniente, mas houve muitas questões em que o fascismo suprimiu uma espécie *desejável* de diversidade. Em assuntos de opinião a diversidade é boa para que haja exame de diferentes escolas de pensamento. No mundo mental tudo está por ser dito sobre a luta pela vida, levando, com sorte, à sobrevivência dos mais aptos. Mas para que haja competição mental, deve haver modos de limitar os meios a serem empregados. A decisão não deve ser pela guerra, ou pelo assassinato, ou pelo encarceramento daqueles que mantêm certas opiniões, ou impedindo os que tenham opiniões fora do comum de ganharem a vida. Onde prevaleçam empresas privadas, ou onde haja muitos Estados pequenos, como na Itália do Renascimento e na Alemanha do século XVIII, essas condições são satisfeitas até certo ponto pela rivalidade entre diferentes mecenas possíveis. Mas quando, como tende a acontecer em toda a Europa, os Estados se tornam grandes e as fortunas particulares se reduzem, os métodos tradicionais de obter diversidade intelectual fracassam. O único método que permanece à disposição é que o Estado assuma o controle e estabeleça uma espécie de regulamento pelo qual se façam as competições.

Atualmente, artistas e escritores são quase que as únicas pessoas que podem com felicidade exercer uma iniciativa poderosa e importante como indivíduos, e não em relação com algum grupo. Quando residi na Califórnia, havia dois homens que se empenhavam em informar ao mundo quanto às condições do trabalho migrante naquele Estado. Um, que era escritor, tratou do tema numa novela; o outro, que era professor numa universidade do Estado, tratava do assunto com a meticulosidade da pesquisa acadêmica. O novelista ganhou muito dinheiro; o professor foi demitido de seu cargo, e correu o risco de passar fome.

Mas a iniciativa do escritor, embora ainda sobreviva, é ameaçada de vários modos. Se a produção de livros estiver nas mãos do Estado, como na Rússia, o Estado pode decidir quanto ao que deve

ser publicado, e, a menos que delegue seus poderes a uma autoridade inteiramente não partidária, existe probabilidade de que nenhum livro apareça, exceto aqueles que agradem aos políticos dirigentes. O mesmo se aplica, evidentemente, aos jornais. Neste domínio, a uniformidade seria uma catástrofe, mas seria uma consequência muito provável de um socialismo estatal ilimitado.

Os homens de ciência, conforme observei na terceira conferência, podiam antigamente trabalhar solitariamente, como os escritores ainda podem; Cavendish, Faraday e Mendel não tinham absolutamente instituições de que dependessem, e Darwin só contou com apoio do governo na medida em que este lhe permitiu participar da viagem da fragata *Beagle*. Mas esse isolacionismo é coisa do passado. A maior parte das pesquisas exige aparelhamento oneroso; algumas delas exigem financiamento de expedições a regiões de difícil acesso. Sem auxílio do governo ou de uma universidade, poucos homens podem fazer alguma coisa na ciência moderna. As condições que determinam quem deve ter acesso a essa ajuda são portanto de grande importância. Se os privilegiados forem apenas os considerados ortodoxos nas controvérsias normais, o progresso científico em breve estancará e abrirá caminho a um reino escolástico do princípio da autoridade, tal como o que sufocou a ciência por toda a Idade Média.

Em política, a associação de iniciativa pessoal com um grupo é óbvia e necessária. Em geral, dois grupos estão implicados: o partido e o eleitorado. Se quisermos empreender alguma reforma, devemos primeiramente persuadir nosso partido a adotar a reforma, e depois persuadir o eleitorado a adotar nosso partido. Podemos, é claro, estar em condições de agir diretamente sobre o governo, mas isso é raramente possível em questões que suscitem muito interesse público. Não sendo possível isto, a iniciativa exigida implica tanta energia e tempo, e é tão capaz de redundar em fracasso, que a maioria das pessoas prefere concordar com o *status quo*, exceto quanto a votar, uma vez em cada cinco anos, em algum candidato que prometa reforma.

Num mundo altamente organizado, a iniciativa pessoal relacionada com um grupo deve restringir-se a uns poucos, a menos que o grupo seja pequeno. Se somos membros de uma pequena comissão, podemos sensatamente esperar ter alguma influência nas suas decisões. Na política nacional, em que somos um entre vinte e tantos milhões de votantes, nossa influência é mínima, a menos que sejamos excepcionais ou ocupemos uma posição de singular relevo. E certo que temos um vigésimo de milionésimo de participação no governo de outros, mas apenas um vigésimo de milionésimo na participação do governo de nós mesmos. Estamos portanto muito mais cômicos de estarmos sendo governados do que de governar. Em nosso pensamento o governo torna-se um "eles" remoto e amplamente hostil, e não um grupo de pessoas a quem nós, em consenso com outros que partilham de nossa opinião, preferimos para concretizar nossos desejos. Nosso sentimento sobre política, em circunstâncias tais, não é aquele pretendido pela democracia, mas se aproxima muito mais do que seria sob uma ditadura.

O sentido de aventura arrojada, e da capacidade de produzir consequências julgadas importantes, só pode ser restaurado se o poder vier a ser delegado a pequenos grupos em que o indivíduo não seja esmagado por simples quantidades. E necessário um considerável grau de controle central, desde que se restrinja às razões expostas no início desta conferência. Mas da maneira mais completamente compatível com esta exigência, deve haver delegação dos poderes do Estado a vários tipos de organismos – geográficos, industriais, culturais, de acordo com suas funções. Os poderes desses órgãos devem ser suficientes para que sejam interessantes e que façam com que homens enérgicos encontrem satisfação em atuar neles. Para que preencham suas finalidades, haverá necessidade de considerável grau de autonomia financeira. Nada é tão prejudicial e fatal para a iniciativa do que ter que preocupar-se com vetos de uma autoridade central que quase nada saiba sobre ela ou que não simpatize com seus fins. Contudo, isto é o que constantemente acontece na Inglaterra sob o nosso sistema de controle centralizado. E necessário algo mais maleável e menos rígido para que os nossos melhores cérebros não se paralitem. E deve ser aspecto essencial de qualquer sistema salutar que tanto quanto possível o poder deva estar em mãos de homens que estejam interessados no trabalho a ser feito.

Evidentemente, o problema de delimitar os poderes dos vários organismos apresentará muitas dificuldades. O princípio geral deve ser o de deixar a organismos menores todas as funções que não impeçam os organismos maiores de cumprir suas finalidades. Limitando-nos, por ora, aos

organismos geográficos, deve haver uma hierarquia tendo como topo o governo mundial e indo até os conselhos distritais. A função do governo mundial é impedir a guerra, e deve ter esses poderes apenas na medida em que sejam necessários a esse fim. Isto implica o monopólio das forças armadas, o poder para sancionar e rever tratados e o direito de arbitramento nas questões entre Estados. Mas o governo mundial não deve interferir nas questões internas dos Estados, exceto na medida em que for necessário assegurar o cumprimento dos tratados. De maneira semelhante, o governo nacional deverá delegar poderes amplos aos conselhos municipais, e eles, por sua vez, aos conselhos distritais e regionais. Sob certos aspectos, devera haver alguma perda de eficiência a curto prazo, mas se as funções dos organismos subordinados se tornarem suficientemente importantes, homens capazes terão prazer em pertencer a eles e a perda temporária de eficiência logo será compensada e as coisas em pouco tempo irão para melhor.

Atualmente, o governo local é em geral considerado como distração dos ricos e dos aposentados, visto que normalmente só quem dispõe de lazer pode dedicar-se a ele. Poucos jovens capazes, de ambos os sexos, se interessam nos assuntos da comunidade local, pelo fato de estarem impedidos de neles participarem. Para que isto seja sanado, o governo local deve ser uma função remunerada, pelas mesmas razões que levaram os membros do Parlamento a serem remunerados.

Se uma organização for geográfica, cultural ou ideológica, terá sempre duas espécies de relação: uma para com os seus próprios membros; outra para com o mundo de fora. As relações para com os membros da organização deverão ser deixadas à decisão dos seus próprios membros, desde que não haja infringência da lei. Conquanto essa relação para com os membros deva ser decidida pelos membros, para que a democracia seja uma realidade deverá haver alguns princípios que esses membros devem ter em mente. Vejamos, por exemplo, um negócio de vulto. O ataque ao capitalismo pelo socialismo tem-se centrado, talvez demasiado exclusivamente, nas questões de renda mais do que nas questões do poder. Se uma indústria for transferida para o Estado pela nacionalização, pode acontecer que haja ainda tanta desigualdade de poder quanto havia na época do capitalismo privado, consistindo a única mudança em que os detentores do poder são agora funcionários públicos, e não proprietários. E inevitável, evidentemente, que qualquer grande organização deva ter funcionários executivos que tenham mais poder que os trabalhadores em geral, mas é muito desejável que essa desigualdade de poder não seja maior do que o estritamente necessário, e que a todos os membros da organização seja concedido o máximo de iniciativa possível. Nesse sentido, é muito interessante o livro de John Spedan Lewis, *Sociedade para Todos – 34 Anos de Experiência numa Democracia Industrial*. O que torna o livro interessante é que ele se baseia numa longa e extensa experiência prática de um homem que combina espírito público com arrojo experimental. No aspecto financeiro ele transformou todos os trabalhadores de suas empresas em sócios com participação nos lucros, mas, além desta inovação financeira, dá-se ao incômodo de dar a cada empregado um sentimento de que ele participa na direção de toda a empresa, embora eu duvide que, por seus métodos, seja possível ir tão longe quanto devemos no sentido da democracia na indústria. Ele também aprimorou uma técnica para dar postos importantes aos homens mais aptos a executar a função em questão. E interessante observar que ele tem argumentos contra a igualdade da remuneração, não apenas com base em que os que executam trabalho difícil merecem melhor remuneração, mas, inversamente, que a melhor paga é causa de trabalho melhor. Diz ele: "Creio ser totalmente falso imaginar-se que a capacidade e a vontade de empregá-la sejam o que os matemáticos chamam 'constantes' e que tudo o que varie seja a renda que o trabalhador obtenha em retorno. Não apenas nossa vontade para fazer o melhor, mas nossa verdadeira capacidade depende muitíssimo de quanto recebamos como remuneração. Não apenas as pessoas são bem pagas porque sejam capazes; são capazes porque são bem pagas."

Este princípio tem uma aplicação mais ampla do que Lewis lhe atribui, e aplica-se não apenas à remuneração como também ao mérito e à posição. Acho, de fato, que o principal valor de um aumento de salário reside no aumento de posição. Um trabalhador científico, cujo trabalho é geralmente aclamado como importante, obterá o mesmo estímulo do reconhecimento quanto o de uma pessoa em outro setor possa obter de um aumento de renda. O importante, de fato, é o otimismo e certa espécie de vivacidade, coisa em que a Europa se tornou muito deficiente em consequência das duas guerras mundiais. A liberdade de empresa, no antigo sentido do

laissez-faire não mais deve ser preconizada, mas é da maior importância que haja ainda liberdade de iniciativa, e que os homens capazes possam encontrar âmbito para suas capacidades.

Isto, contudo, é apenas um aspecto do que é desejável numa grande organização. Outra coisa importante é que aqueles a quem cabem cargos de mando não estejam dotados de um poder demasiado absoluto sobre os outros. Por séculos e séculos os reformadores lutaram contra o poder dos reis, e depois puseram-se a trabalhar na luta contra o poder dos capitalistas. Sua vitória na segunda disputa será inútil se meramente resultar em substituir O poder dos capitalistas pelo poder de funcionários públicos. Há, sem dúvida, dificuldades práticas, porque os funcionários devem quase sempre tomar decisões sem esperar os lentos resultados de um processo democrático, mas deve haver sempre possibilidades, por um lado, de tomar decisões gerais democraticamente, e, por outro, de criticar atos dos funcionários sem receio de punição por fazer isso. Visto que é natural a homens impetuosos o amor ao poder, pode-se admitir que os funcionários na grande maioria dos casos venham a desejar ter mais poder do que devem ter. Há, por conseguinte, em toda grande organização, a mesma necessidade de vigilância democrática quanto há no domínio político.

As relações de uma organização para com o mundo fora dela são uma questão diferente. Elas não devem ser decididas meramente com base no poder, isto é, na capacidade de negociação da organização em pauta, mas devem ser atribuídas a uma autoridade neutra sempre que não seja possível uma negociação amistosa. Não deve haver exceção a esse princípio até que atinjamos um mundo integral, que, por ora, não tem relações políticas externas. Se a *Guerra dos Mundos*, de Wells, fosse possível, precisaríamos de uma autoridade interplanetária.

As divergências entre as nações, na medida em que não levem à hostilidade, não devem de modo algum ser lamentadas. Viver por algum tempo em terra estrangeira nos faz conscientes dos méritos em que nosso próprio país é deficiente, e isto é verdade quanto a qualquer país em que possamos estar, ou quanto a que país seja o nosso. O mesmo se aplica a divergências entre diferentes regiões dentro de um mesmo país, e aos tipos divergentes produzidos pelas diferentes atividades profissionais. Deve-se lamentar a uniformidade de caráter e a uniformidade de cultura. A evolução biológica muito dependeu das diferenças inatas entre indivíduos ou tribos, e a evolução cultural depende de diferenças adquiridas. Quando elas desaparecem, não mais existe material para seleção. No mundo moderno, verifica-se um real perigo de semelhança demasiado grande de uma região a outra em aspectos culturais. Um dos meios mais adequados para minimizar este mal é o aumento de autonomia dos grupos diferentes.

Se eu estiver certo, o princípio geral que deve orientar as respectivas esferas da autoridade e da iniciativa pode ser enunciado amplamente nos termos dos diferentes tipos de impulsos que constituem a natureza humana. Por um lado, temos impulsos a manter o que possuímos, e, não raro, a adquirir o que outros possuem. Por outro lado, temos impulsos criativos, impulsos a pôr no mundo alguma coisa que não foi tomada a ninguém. Esses impulsos podem assumir formas humildes como o de plantar jardins domésticos, ou podem representar o clímax da realização humana como em Shakespeare ou Newton. De modo geral, a regulamentação dos impulsos possessivos e seu controle pela lei pertencem às funções *essenciais* do governo, enquanto os impulsos criativos, embora o governo possa estimulá-los, devem obter sua influência a partir da autonomia individual ou do grupo.

Os bens materiais são mais uma questão de posse que os bens espirituais. Uma pessoa que coma certo alimento impede que qualquer outra o coma, mas uma pessoa que escreva um livro ou desfrute um poema não impede que outra escreva ou aprecie tanto um como outro. Eis por que, quanto aos bens materiais, a justiça é importante, mas quanto a bens espirituais o necessário é que haja oportunidade e um ambiente que faça com que a esperança de realização pareça racional. Não são as recompensas materiais que incentivam os homens capazes ao trabalho criador; poucos poetas ou cientistas ganharam fortunas ou sequer as desejaram. Sócrates foi condenado à morte pela autoridade, mas continuou tranqüilo até seus últimos instantes porque tinha consciência do dever cumprido. Se ele tivesse sido cumulado de honrarias, mas impedido de fazer sua obra, isto para ele seria uma penalidade mais severa. Num Estado monolítico, em que a autoridade controle todos os meios de propaganda, um homem de acentuada originalidade está

sujeito a sofrer este destino pior seja ou não submetido a penalidades legais, é incapaz de divulgar suas idéias. Quando isto acontece numa comunidade, ela não mais pode contribuir com qualquer coisa de valor para a vida coletiva da humanidade.

O controle de impulsos vorazes ou destrutivos é imperiosamente necessário, e portanto, os Estados, e mesmo o Estado Mundial, são necessários para a sobrevivência. Mas não podemos nos contentar apenas em estar vivos em vez de mortos; queremos viver com felicidade, vigorosamente, criativamente. Para esse fim o Estado pode proporcionar uma parte das condições necessárias, mas apenas se não sufocar, em vista da segurança, os impulsos amplamente incontrolados que dão à vida o seu sabor e valor. A vida individual tem ainda o seu devido lugar, e não deve estar completamente sujeita ao controle de grandes Organizações. A proteção contra este perigo é muito necessária no mundo que a técnica moderna criou.

SEXTA CONFERÊNCIA

ÉTICA INDIVIDUAL E ÉTICA SOCIAL

Nesta última conferência desejo fazer duas coisas primeiro, repetir resumidamente as conclusões a que cheguei nas conferências anteriores; segundo, relacionar as doutrinas sociais e políticas à ética individual pela qual uma pessoa deva orientar sua vida pessoal, e, de acordo com os males que reconhecemos e os perigos que enunciamos, apresentar, apesar de tudo, certas elevadas esperanças para um futuro não muito distante da humanidade, como resultado de nossa investigação, as quais, de minha parte, acredito possíveis com base em sóbria estimativa das probabilidades.

Começemos com a recapitulação. De modo geral, distinguimos dois principais propósitos das atividades sociais: por um lado, segurança e justiça exigem controle governamental centralizado, que deve estender-se à criação de um governo mundial para que seja eficaz. O progresso, pelo contrário, exige o maior âmbito possível para a iniciativa pessoal, compatível com a ordem social.

O método para obter o máximo possível dessas finalidades é a *delegação de poderes*. O governo mundial deve deixar os governos nacionais livres em tudo o que não implicar a prevenção da guerra; Os governos nacionais, por sua vez, devem deixar o máximo de autonomia possível às autoridades locais. Na indústria, não se deve pensar que todos os problemas sejam solucionáveis pela nacionalização. Uma grande indústria, como por exemplo uma ferrovia, deve ter amplo *grau* de governo próprio; a relação dos empregados para com o Estado numa indústria nacionalizada não deve ser tão-somente uma reprodução. de sua antiga relação para com empregadores privados. Tudo o que se referir à opinião, como jornais, livros e pregação política, deve ser deixado a uma verdadeira competição, e cuidadosamente isenta de controle governamental, assim como toda forma de monopólio. Mas a competição deve ser cultural e intelectual, e não econômica, e muito menos militar ou por meio de lei criminal.

A diversidade é uma condição do progresso em questões culturais. Organismos que tenham certa independência em relação ao Estado, como universidades e sociedades cultas, têm grande valor nesse sentido. É lamentável ver-se, na Rússia atual, homens de ciência obrigados a subscrever a insensatez obscurantista sob as ordens de políticos ignorantes de assuntos científicos, que são capazes e estão dispostos a impor suas ridículas decisões pelo emprego do poder econômico e político. Espetáculos tão lamentáveis só podem ser evitados limitando-se as atividades dos políticos ao domínio em que possam por hipótese ser competentes. Não se deve presumir que tenham que decidir o que é bom em música, biologia ou filosofia. Não desejaria que esses assuntos estivessem no nosso país sujeitos ao gosto pessoal de qualquer primeiro-ministro, passado, presente ou futuro, mesmo que, por boa sorte, seu gosto fosse impecável.

Passo agora à questão da ética pessoal, comparada com a questão das instituições sociais e políticas.

Nenhum homem é inteiramente livre, e nenhum homem é inteiramente escravo. Na medida em que o homem tenha liberdade, ele precisa de uma moralidade pessoal para orientar sua conduta. Há quem afirme que uma pessoa deve obedecer apenas ao código aceito de sua comunidade. Mas acho que nenhum estudante de antropologia poderia contentar-se com esta resposta. Práticas como o canibalismo, sacrifício humano e caça a cabeças extinguiram-se em consequência de protestos morais contra a opinião moral convencional. Se alguém estiver disposto seriamente a levar a melhor vida que se lhe oferece, deve aprender a ser crítico dos costumes tribais e crenças tribais em geral aceitas entre seus semelhantes.

Mas com respeito ao afastamento, em bases conscientes, do que é julgado certo pela sociedade a que se pertença, devemos distinguir entre a autoridade do costume e a autoridade da lei. São necessárias bases muito mais fortes para justificar uma ação ilegal do que para justificar uma que apenas contrarie a moralidade convencional. A razão é que o respeito à lei é uma condição indispensável para a existência de qualquer ordem social tolerável. Quando uma pessoa considera má certa lei, tem o direito, e deve ter o dever, de fazer com que ela seja modificada, mas apenas em casos raros ela tem o direito de contrariá-la. Não nego que haja situações em que a quebra da lei se torna um dever: é um dever quando uma pessoa crê profundamente que seja um pecado obedecê-la. Isto abrange o caso dos que são contra o serviço militar. Mesmo que estejamos perfeitamente persuadidos de que essa pessoa esteja errada, não podemos dizer que ela não deva agir como dita a sua consciência. Quando os legisladores são sábios, evitam, tanto quanto possível, arquitetar leis de maneira a obrigar o homem consciencioso a escolher entre o pecado e o que é legalmente um crime.

Penso dever-se admitir também que há casos em que a revolução é justificável. Há casos em que o governo legal é tão mau que vale a pena destituí-lo pela força, não obstante o risco de anarquia que isto envolve. Este risco é muito real. Vale notar que as revoluções mais bem sucedidas – a da Inglaterra, em 1688, e a dos Estados Unidos, em 1776 – foram feitas por homens que estavam profundamente imbuídos do respeito pela lei. Onde não haja esse respeito, a revolução tanto pode levar à anarquia como à ditadura. Por conseguinte, a obediência à lei, conquanto não seja um princípio *absoluto*, deve ser tida em grande conta, e as exceções devem ser admitidas apenas em raros casos, após maduras reflexões.

Somos levados por tais problemas a uma profunda dualidade em ética, que, embora causadora de perplexidade, exige seja reconhecida.

Em toda a história registrada, as crenças éticas tem tido duas fontes muito diferentes: uma, política; a outra relacionada com convicções pessoais religiosas e morais. No Velho Testamento as duas aparecem bem destacadas, uma como a lei, e a outra como os Profetas. Na Idade Média houve a mesma espécie de distinção entre a moralidade oficial inculcada pela hierarquia e a santidade pessoal que era ensinada e praticada pelos grandes místicos. Esta dualidade de moralidade pessoal e cívica persiste ainda, e deve ser devidamente considerada por uma teoria ética. Sem a moralidade cívica as comunidades perecem; sem a moralidade pessoal sua sobrevivência não tem valor. Por conseguinte, a moralidade cívica e a pessoal são igualmente necessárias para um mundo bom.

A ética não se ocupa *exclusivamente* do meu dever para com o próximo, por mais corretamente que esse dever possa ser concebido. O cumprimento do dever público não é tudo o que faz uma vida boa; há também a busca dos ideais particulares. Porque o homem, embora parcialmente social, não o é inteiramente. Ele tem idéias, sentimentos e impulsos que podem ser sábios ou tolos, nobres ou vis, plenos de amor ou inspirados pelo ódio. E para que a vida seja tolerável deve haver âmbito para as melhores dessas idéias, sentimentos e impulsos. Porque embora poucos homens possam ser felizes na solidão, menos ainda podem ser felizes numa comunidade que não conceda liberdade alguma de iniciativa pessoal.

A virtude individual, embora em grande parte consista da conduta correta para com outras pessoas, tem também outro aspecto. Se desdenhamos nossos deveres em favor de divertimento banal, teremos uma consciência angustiada; mas se somos tentados a nos afastar dele para apreciar uma boa música ou um belo pôr-de-sol, voltaremos sem qualquer sentimento de vergonha e sem lamentar que tenhamos perdido tempo. É perigoso permitir que o dever político e social dominem completamente nossa concepção do que constitui a virtude individual.

O que venho querendo demonstrar, embora não mantenha qualquer dependência com alguma crença teológica, está em perfeita harmonia com a ética cristã. Sócrates e os apóstolos ensinaram que devemos obedecer a Deus mais que aos homens, e os Evangelhos impõem o amor a Deus tão enfaticamente quanto o amor ao próximo. Todos os grandes líderes religiosos, e também todos os grandes artistas e inovadores intelectuais têm mostrado um senso de compulsão moral a realizar seus impulsos criadores, e um sentido de êxtase moral quando os executaram. Esse sentimento é a base do que os Evangelhos chamam o dever para com Deus, e é, repito-o, distinguível da crença teológica. O dever para com o meu próximo, pelo menos como o meu próximo o concebe, não pode constituir todo o meu dever. Se eu tenho uma convicção consciente e profunda de que devo agir de certo modo que é condenado pela autoridade governamental, devo seguir minha convicção. E inversamente a sociedade deve conceder liberdade para que eu siga minha convicção, exceto quando houver razões muito poderosas para impedir-me.

Mas não apenas atos inspirados por um senso de dever devem ser isentos de excessiva pressão social. Um artista ou inventor podem estar fazendo o que é da maior utilidade, mas não basta o senso de dever para que cumpram sua tarefa. Devemos ter um impulso espontâneo para criar ou descobrir, porque, do contrário, nossa obra de arte não terá valor e nossos descobrimentos não terão importância.

O domínio da ação individual não deve ser considerado eticamente inferior ao do dever social. Pelo contrário, algumas das melhores atividades humanas são, pelo menos em sentimento, mais pessoais que sociais. Como eu disse na terceira conferência, profetas, místicos, poetas, inventores são homens cujas vidas são dominadas por uma visão; eles são essencialmente homens solitários. Quando seu impulso dominante é forte, sentem que não podem obedecer à autoridade se isso for de encontro àquilo em que profundamente crêem ser bom. Embora, devido a isto, sejam quase sempre perseguidos em suas épocas, de todos os homens são aqueles que da posteridade recebem os mais altos louvores. Tais homens é que põem no mundo aquilo a que damos valor, não apenas na arte ciência e religião, mas também no modo de sentir para com nosso próximo, pois o aprimoramento no sentido da obrigação social, como tudo o mais, deve-se amplamente a homens solitários cujas idéias e sentimentos não estiveram sujeitos ao domínio do rebanho.

Para que a vida humana não se torne lúgubre e enfadonha é importante compreender que há coisas cujo valor independe da utilidade. O que for útil porque é um meio para algo mais, e se o algo mais, por sua vez, não for meramente um meio, deve ser valorizado por si mesmo, pois de outro modo a utilidade será ilusória.

Conseguir o justo equilíbrio entre fins e meios é difícil e importante. Se nos ocupamos em dar ênfase aos meios, devemos observar que a diferença entre um homem civilizado e um selvagem, entre um adulto e uma criança, entre um homem e um animal, consiste muitíssimo numa diferença quanto ao peso atribuído a fins e meios na conduta. Um homem civilizado faz seguro de vida; um selvagem, não. Um adulto escova os dentes para evitar cárie; uma criança só o faz obrigada. Os homens trabalham nos campos para ter alimento no inverno; os animais, não. A previdência, que implica fazer coisas desagradáveis agora em favor de coisas agradáveis no futuro é uma das características essenciais do desenvolvimento mental. Uma vez que a previdência é difícil e exige controle de impulsos, os moralistas acentuam a sua necessidade, e dão mais ênfase à virtude do sacrifício presente do que às excelências da recompensa subsequente. Devemos agir corretamente porque é certo assim agir, e não para ganhar o céu. Devemos poupar porque todas as pessoas sensatas assim o fazem, e não porque possamos acumular uma renda que nos permita gozar a vida, e assim por diante.

Mas a pessoa que queira dar ênfase mais aos fins que aos meios pode apresentar argumentos com o mesmo teor de verdade. E melancólico ver-se um rico homem de negócios, que devido ao trabalho e aborrecimento na juventude se tornou dispéptico, de modo que só possa tomar água e comer pão enquanto seus convidados se regalam; as alegrias da riqueza, que ele previu por longos anos de canseira, frustram-no, e seu único prazer é o emprego de seu poder financeiro para compelir seus filhos a por sua vez submeterem-se à mesma trabalhadeira inútil. Os avarentos, cuja obsessão dos meios é patológica, são em geral reconhecidos como insensatos, mas formas atenuadas da mesma doença costumam ser indevidamente aconselhadas. Sem alguma consciência dos fins, a vida se torna vazia e descolorida; em última análise, a necessidade de excitação não poucas vezes acha válvulas de escape piores do que de outro modo teria feito, na guerra, crueldade, intriga ou alguma outra atividade destrutiva.

As pessoas que se gabam de serem "práticas" são, na maioria dos casos, preocupadas com meios. Mas isto é apenas meia prudência. Quando nos damos conta da outra metade, que cuida dos fins, o processo econômico e toda a vida humana ganham um aspecto inteiramente novo. Não mais perguntamos: que foi que os produtores produziram, e que foi que o consumo permitiu aos consumidores por sua vez produzir? Ao invés, perguntamos: que foi que houve nas vidas de consumidores e produtores que lhes desse gosto pela vida? Que foi que sentiram, conheceram ou fizeram que justifique sua criação? Vivenciaram a glória de novo conhecimento? Conheceram o amor e a amizade? Tiveram prazer com a luz do sol, com a primavera e perfume das flores? Tiveram o gosto pela vida que as comunidades singelas exprimem na dança e no canto? Certa vez, em Los Angeles, levaram-me a visitar a colônia mexicana. "Vagabundos ociosos", disseram-me. Mas para mim eles pareciam estar gozando a vida como uma dádiva, e não como maldição que caía sobre os meus atarefados e angustiados anfitriões. Quando tentei explicar-lhes o que sentia, deparei com certa indiferença e total falta de compreensão.

Muita gente nem sempre se lembra de que política, economia e organização social em geral pertencem ao reino dos meios, e não dos fins. Nosso pensamento político e social propende ao que pode ser chamado "a falácia do administrador", pelo que entendo o hábito de considerar a sociedade como um todo sistemático, de uma espécie que se julga boa se é agradável de contemplar como modelo de ordem, um organismo planejado com as partes devidamente encaixadas umas nas outras. Mas uma sociedade

não existe, ou pelo menos não devia existir, para satisfazer uma inspeção externa, se não para proporcionar uma vida boa aos indivíduos que a constituem. É no indivíduo, e não no todo, que o valor definitivo deve ser procurado. Uma sociedade boa é um meio para uma vida boa para aqueles que a constituem, e não alguma coisa que tenha qualidade distinta por si mesma.

Quando se diz que uma nação é um organismo, torna-se uma analogia que pode ser perigosa se não forem reconhecidas as suas limitações. Os homens e os animais superiores são organismos num sentido estrito: o bem ou o mal que recaem sobre uma pessoa atingem essa pessoa como única e total, e não a esta ou aquela parte dela. Se tenho dor de dente ou dor no pé, sou eu que tenho dor, e ela não existiria se nenhum nervo interligasse a parte atingida com o meu cérebro. Mas quando um agricultor em Herefordshire apanha um resfriado numa tempestade de neve, não é o governo em Londres que sente frio. Eis por que o homem individualmente é o portador do bem e do mal, e não, por um lado, qualquer parte separada dele, nem, por outro lado, um conjunto de homens. A crença de que pode haver bem e mal num conjunto de seres humanos, bem e mal pairando sobre vários indivíduos, é um erro; além do mais, erro que leva diretamente ao totalitarismo, e, portanto, perigoso.

Certos filósofos e estadistas pensam que o Estado possa ter virtude própria, e não simplesmente ser meio para o bem-estar dos cidadãos. Não vejo razão alguma para concordar com este modo de ver. "O Estado" é uma abstração; ele não sente prazer ou dor, ele não tem esperanças ou receios, e o que julgamos seus propósitos são na verdade os propósitos dos indivíduos que o dirigem. Quando pensamos concreta, e não abstratamente, verificamos, em vez de "o Estado", certas pessoas que têm mais poder que o que cabe à maioria dos homens. E assim a glorificação de "o Estado" vem a ser, de fato, a glorificação de uma minoria governante. Nenhum democrata pode tolerar uma teoria tão fundamentalmente injusta.

Existe outra teoria ética, que a meu ver é também inadequada; é a que se poderia chamar teoria "biológica", embora não queira com isso afirmar que ela seja mantida por biólogos. A teoria decorre de uma reflexão sobre a evolução. Admite-se que a luta pela existência conduziu a organismos cada vez mais complexos, culminando, até aqui, no homem. De acordo com essa teoria, a sobrevivência é o fim supremo, ou antes, a sobrevivência da própria espécie a que pertencemos. O que quer que aumente a população do globo, se essa teoria estiver certa, deve-se considerar como "bom", e o que for que diminua a população deve ser considerado como "mau".

Não vejo como justificar esse modo de ver mecânico e aritmético. Seria fácil achar um único acre contendo mais formigas do que toda a população humana no planeta, mas nem por isso reconhecemos a qualidade superior das formigas. E que ser humano preferiria uma grande população vivendo na miséria e imundície a uma população menor que vivesse feliz e com suficiente bem-estar?

É certo, evidentemente, que a sobrevivência é a condição necessária para tudo o mais, mas é apenas uma *condição* do que tem valor, e não pode ter nenhum valor por si. A sobrevivência, no mundo que a ciência e a técnica modernas produziram, exige grande dose de governo. Mas o que deve dar valor à sobrevivência deve provir principalmente de fontes que se encontram fora do governo. A conciliação desses requisitos opostos foi o problema de que tratamos nessas conferências.

E agora, juntando os fios de nossas análises, e tendo em mente todos os perigos da nossa época, desejo reiterar certas conclusões e, mais particularmente, expor as esperanças que acredito terem fundamentos racionais para manter.

Tem havido uma batalha secular desde a época dos antigos gregos entre os que cuidam mais da coesão social e aqueles que dão ênfase sobretudo à iniciativa individual.. Em toda essa controvérsia eterna certamente deve haver' verdade em ambos os lados, e é provável que não haja nítida solução, a não ser, no máximo, uma que implique vários ajustamentos e conciliações.

Por toda a história humana, como sugeri em minha segunda conferência, tem havido uma flutuação entre períodos de excessiva anarquia e períodos de controle governamental rigoroso. Em nossos dias, exceto – por enquanto – em questão de governo mundial, tem havido demasiada tendência no sentido da autoridade, e demasiado descuido quanto à manutenção da iniciativa. Os homens a quem cabe a direção de vastas organizações tendem a ser demasiado abstratos em seus modos de ver e a esquecer como os seres humanos realmente são, tentando ajustá-los a sistemas em vez de ajustar os sistemas aos homens.

A falta de espontaneidade de que nossas sociedades, altamente organizadas tendem a sofrer relaciona-se com o controle excessivo sobre amplas regiões por autoridades, distantes.

Uma das vantagens a serem obtidas mediante descentralização é que esta proporciona novas oportunidades para a esperança e para atividades individuais que encarnam esperanças. Se nossos pensamentos políticos todos se ocuparem com os vastos problemas e perigos de catástrofe mundial, é fácil o desespero. Medo de guerra, medo de revolução, medo de reação podem nos obcecar de acordo com o nosso temperamento e nossas tendências. A menos que sejamos uma pessoa num pequeno número de indivíduos poderosos, deveremos perceber que não podemos fazer muita coisa quanto a esses grandes problemas. Mas quanto a problemas menores – os de nossa cidade, de nosso sindicato, do escritório local do nosso partido político, por exemplo – podemos esperar ter uma influência bem sucedida. Isto ocasionara um espírito esperançoso, e um espírito esperançoso é o que se torna mais necessário se quisermos encontrar um modo de tratar com êxito os problemas maiores. Guerra, escassez e aperturas financeiras têm causado cansaço por todo o planeta e têm feito com que as esperanças pareçam vazias e insinceras. O êxito, mesmo que, a princípio, em pequena escala, é o melhor remédio para esse modo de sentir enfadado e pessimista. E o êxito para a maioria das pessoas significa a solução de nossos problemas e a isenção de concentrar-se naqueles que não são imensamente grandes.

O mundo tornou-se vítima de credos políticos dogmáticos, dos quais, atualmente, os mais poderosos são o capitalismo e o comunismo. Não creio que um ou outro, numa forma dogmática e severa, ofereçam um remédio para males evitáveis. O capitalismo proporciona oportunidade de iniciativa a poucos; o comunismo poderia (embora não o faça de fato) proporcionar uma espécie servil de segurança para todos. Mas se as pessoas puderem livrar-se da influência de teorias indevidamente singelas e do conflito que elas ocasionam, será possível, mediante emprego de técnica científica, proporcionar tanto oportunidade quanto segurança para todos. Infelizmente, nossas teorias políticas são menos inteligentes que nossa ciência, e ainda não aprendemos a utilizar nosso conhecimento e perícia de modo a tornar nossa vida mais feliz e até mesmo gloriosa. Não só o sofrimento e o medo da guerra oprimem a humanidade, embora sejam estes talvez os maiores males de nossa época. Somos oprimidos também pelas imensas forças impessoais que dirigem nossa vida cotidiana, tomando-nos escravos das circunstâncias embora não mais escravos pela lei. Não devia ser assim. Veio a sê-lo por causa da adoração de falsos deuses. Homens vigorosos têm adorado mais o poder do que a felicidade e a amizade singelas; homens mais humildes têm aquiescido, ou têm sido enganados por um diagnóstico errado das fontes do sofrimento.

Desde que a humanidade inventou a escravidão, os poderosos têm acreditado que sua felicidade podia ser conseguida por meios que impliquem imposição de infelicidade a outros. Paulatinamente, com a evolução da democracia, e com a aplicação moderna da ética cristã a política e a economia, começou a prevalecer um ideal melhor do que o dos senhores de escravos, e as reivindicações de justiça são agora reconhecidas como jamais o foram em outra época. Mas na procura da justiça por meio de complicados sistemas temos corrido o risco de esquecer que justiça apenas não basta. As alegrias da vida, despreocupação com o dia de amanhã, aventura e oportunidade para atividades criativas são pelo menos tão importantes quanto a justiça para ensejar uma vida que as pessoas sintam ser digna de ser vivida. A monotonia pode ser mais fatal que uma alternância de prazer e angústia. Os homens que arquitetam reformas administrativas e esquemas de melhoria social são, na maioria, homens graves que não mais são jovens. Demasiado freqüentemente têm esquecido que para a maioria das pessoas não só a espontaneidade, mas certa espécie de orgulho pessoal é necessária para a felicidade. O orgulho de um grande conquistador não é o que um mundo bem controlado pode proporcionar, mas o orgulho do artista, do inventor, o homem que ensinou a felicidade onde, se não fosse ele, haveria apenas infelicidade. Tal orgulho é bom, e nosso sistema social deve possibilitá-lo, não para uns poucos, mas para muitíssimos.

Os instintos que há muito incitavam a caça e as atividades combativas de nossos antepassados selvagens exigiam uma válvula de escape; se não encontrarem nenhuma outra no momento, converter-se-ão em ódio e maldade atroz. Mas há válvulas de escape para os próprios instintos que não são maus. É possível substituir o combate pela rivalidade e competições esportivas; a caça, pela alegria da aventura, invenção e criação. Não devemos desdenhar esses instintos, nem devemos lamentá-los. Eles são a fonte não apenas do que é mau, mas do que é melhor nas realizações humanas. Uma vez obtida a segurança, a tarefa mais importante para os que procuram o bem-estar humano será encontrar para esses instintos antigos e poderosos não meramente repressões nem válvulas que os liberem para a destruição, mas tanto quanto possível válvulas que os liberem para proporcionar alegria, orgulho e esplendor à vida humana.

Em todo o curso da evolução humana os homens têm estado sujeitos a infelicidades de duas espécies: uma, imposta pelas condições naturais; a outra, a que os homens erradamente se impõem uns aos outros. No início, os piores males eram devidos às condições de vida no meio ambiente. O homem era uma espécie rara, cuja sobrevivência era precária. Sem a destreza do macaco, sem a proteção de pêlos, teve dificuldade de escapar das feras selvagens, e na maior parte do mundo não teve condições de suportar o frio do inverno. Tinha apenas duas vantagens biológicas: a postura ereta libertou suas mãos, e a inteligência permitiu-lhe transmitir sua experiência. Paulatinamente essas vantagens lhe deram hegemonia sobre os outros animais. A quantidade da espécie humana aumentou muito além do que qualquer dos demais grandes mamíferos. Mas a natureza podia ainda exercer seu poder por meio de inundações, fome e peste, exigindo da grande maioria dos homens uma trabalhadeira incessante na conquista do pão de cada dia.

Atualmente, nossa servidão à natureza diminuiu muito, em conseqüência do aumento do saber científico. Ocorrem ainda escassez e pestes, mas sabemos melhor, ano após ano, o que deve ser feito para evitá-las. Trabalho árduo é ainda necessário, mas apenas porque somos imprudentes: com paz e cooperação, poderíamos viver com moderada quantidade de trabalho. Com as técnicas existentes, podemos, sempre que quisermos agir com sabedoria, livrar-nos de muitas das antigas formas de servidão à natureza circundante.

Contudo, os males que os homens infligem uns aos outros não diminuíram no mesmo grau. Existem ainda guerras, opressões e crueldades medonhas, e homens vorazes ainda extorquem riqueza dos menos dotados ou menos impiedosos que eles. O amor ao poder leva ainda a imensas tiranias ou a obstáculos reacionários quando suas formas ostensivas são impossíveis. E o medo – medo profundo, escassamente consciente – é ainda o motivo dominante em muitas vidas.

Tudo isso é desnecessário. Nada há na natureza humana que torne esses males inevitáveis. Quero repetir, com toda ênfase possível, que discordo inteiramente daqueles que inferem de nossos impulsos combativos que a natureza humana exige guerra e outras formas destrutivas de conflito. Creio firmemente no contrário disso. Afirmo que os impulsos combativos têm um papel essencial a desempenhar, e que suas formas nocivas podem ser imensamente amenizadas.

A ânsia de posse diminuíra se não houver medo de fome e miséria. O amor ao poder pode ser satisfeito de muitas maneiras que não impliquem dano a outros: pelo poder sobre a natureza decorrente das descobertas e invenções, pela produção de livros ou obras de arte e pela persuasão bem sucedida. A energia e o desejo de ser eficaz são benéficos se puderem encontrar a válvula de escape correta, e danosos em caso contrário, como o vapor, que tanto pode arrastar um trem como explodir a caldeira.

Nossa libertação da servidão ao meio ambiente possibilitou grau maior de bem-estar humano do que jamais existiu até aqui. Mas para que essa possibilidade seja concretizada, deve haver liberdade de iniciativa em todos os modos não positivamente prejudiciais, e estímulo daquelas formas de iniciativas que enriquecem a vida do homem. Não criaremos um mundo bom tentando domesticar o homem e fazê-lo tímido, mas estimulando-o a ser arrojado, aventureiro e destemido, exceto quanto a infligir males a seus semelhantes.

No mundo em que nos encontramos, as possibilidades do bem são quase ilimitadas, e as possibilidades do mal também. Nossa atual condição se deve, mais que a qualquer coisa, ao fato de que aprendemos a compreender e a controlar em terrível grau as forças da natureza à nossa volta, mas não aquelas que se encerram em nós mesmos. O autocontrole tem sido sempre uma advertência dos moralistas, mas no passado foi um controle sem compreensão.

Nestas conferências tive em vista uma compreensão mais ampla das necessidades humanas do que as presumidas pela maioria dos políticos e economistas, pois só mediante tal compreensão podemos descobrir o caminho para a concretização daquelas esperanças que, embora estejam por enquanto muito frustradas pela nossa loucura, estão a nosso alcance pela sabedoria que já adquirimos.